



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

GABRIELLA APARECIDA SANTOS CORREIA

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR: uma revisão
sistemática**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

GABRIELLA APARECIDA SANTOS CORREIA

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR: uma revisão
sistemática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social, sob a orientação
da Prof.^a Ma. Juliane dos Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

GABRIELLA APARECIDA SANTOS CORREIA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR: uma revisão
sistemática

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ma. Juliane dos Santos.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Juliane dos Santos
(Presidente/Orientadora – DSS/UFS)

Assistente Social Me. Francisco Vieira do Nascimento Neto
(Examinador Externo - Doutorando PPGSS/UFPE)

Prof.^a Dra. Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos
(Examinadora Interna - DSS/UFS)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar em cada etapa desta caminhada. Pela força e fé renovadas diariamente, pelo discernimento nas decisões e pelo conforto nos momentos de dúvida. Sem a Sua presença em minha vida não teria alcançado mais essa conquista. Agradeço por ter me dado forças para continuar lutando e, apesar das dificuldades, não ter me deixado desistir, mostrando que a minha coragem e persistência eram maiores que todos os problemas que poderiam surgir.

À minha filha, Ayla, por ser minha maior inspiração e por me lembrar todos os dias do verdadeiro sentido de perseverar. Sua presença iluminou os dias mais desafiadores, e cada sorriso seu foi um motivo a mais para continuar e me dedicar a esse sonho. Você é quem me faz levantar todos os dias e buscar o melhor. Você é o melhor de mim.

Aos meus pais, Erivalda Andrade e Jailson Correia, por todo amor e dedicação ao longo da minha vida. Pelos ensinamentos, pelas palavras de incentivo e, sobretudo, pelo apoio incondicional em cada escolha que fiz. Vocês são a base de tudo que conquistei até aqui. Obrigada por nunca terem duvidado da minha capacidade.

Aos meus avós, que já partiram, deixo meu agradecimento com um carinho imenso. Vocês foram fontes inesgotáveis de amor, sabedoria e valores que carrego comigo até hoje. Mesmo não estando fisicamente presentes, sinto suas bênçãos e ensinamentos me acompanhando em cada conquista. A memória de vocês continua viva em meu coração, iluminando meu caminho e me dando forças para seguir adiante. Esse trabalho é, de certa forma, uma homenagem à herança de coragem e dedicação que recebi de vocês.

À minha comadre, Edynha, por todo o carinho, incentivo e pelas conversas que acalmaram meu coração nos momentos de incerteza. Sua amizade e presença constante foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente com determinação.

Às minhas amigas, Ellen, Emilly, Emily, Danielly, Pâmella e Marcella, e ao meu amigo Cleiton, por cada gesto de carinho, pelas palavras de incentivo e pelas risadas que aliviaram o peso dessa jornada. A amizade de vocês foi fundamental para que eu não perdesse o ânimo e seguisse até o final com confiança.

Às amigas que fiz na universidade e levarei para a vida, Maira e Larissa, que tornaram essa caminhada mais leve e enriquecedora. Compartilhar desafios,

aprendizados e conquistas com vocês fez toda a diferença, transformando a experiência acadêmica em um período de crescimento e afeto.

À minha orientadora, Juliane, pela paciência, pela orientação cuidadosa e pelo incentivo em cada etapa desse trabalho. Sua dedicação e confiança foram essenciais para que eu conseguisse transformar ideias em resultados concretos.

À todos os professores e professoras que contribuíram imensamente para a minha formação acadêmica e profissional. Obrigada por terem compartilhado seus conhecimentos e experiências. Cada aula foi fundamental para o meu desenvolvimento.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura em que se buscou analisar o fenômeno da gravidez na adolescência com ênfase em seus impactos na vida escolar. Dessa forma, tem-se por objetivo investigar a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar, e seus objetivos específicos são: 1) descrever o processo de gravidez na adolescência; 2) expor os fatores que impulsionam a desistência escolar de adolescentes grávidas e mães adolescentes e; 3) caracterizar os fatores que contribuem para a gravidez na adolescência e como esses fatores afetam a permanência na educação. Dispõe de análise à luz do método materialista histórico dialético combinada com as tipologias de pesquisa bibliográfica e documental, amparada em fontes primárias e secundárias, cuja análise, de caráter qualitativo, contribuiu para uma melhor análise dos dados coletados, pois permitiu uma interpretação crítica. Portanto, para desenvolver o estudo buscou-se produções científicas acerca da temática. Sendo assim, foram selecionados oito artigos que concentravam o seu conteúdo na discussão sobre gravidez na adolescência e vida escolar, abordando as diferentes dimensões do problema, os fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que afetam as adolescentes grávidas ou mães no ambiente escolar. Os resultados da análise apontam que a gravidez na adolescência é uma das principais causas do abandono escolar, sendo fortemente influenciada por fatores como a falta de suporte familiar, dificuldades financeiras, estigma social e a falta de políticas públicas eficazes. Por fim, são apresentadas as considerações finais apontando os resultados obtidos com a pesquisa e as expectativas sobre este trabalho cumprir com a sua finalidade de provocar maior compreensão a respeito da gravidez na adolescência e como este fenômeno pode impactar no acesso à educação das jovens grávidas e/ou mães. Assim, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais integradas que visem garantir a continuidade educacional dessas adolescentes, promovendo sua inclusão social e ampliando suas oportunidades futuras.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; educação; evasão escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	16
2.1. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: APONTAMENTOS INICIAIS	16
2.2. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	18
3 RELAÇÃO ENTRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de crise, mudança, readaptação ao novo corpo e novas atitudes frente à vida (Godinho *et al.*, 2000). Considerando esses aspectos, a gravidez na adolescência pode intensificar os desafios dessa fase de transição, podendo comprometer a trajetória escolar, além de outros fatores.

Pensar em gravidez na adolescência significa também levar em conta a maneira como a jovem gestante enfrenta permanecer na escola, dar conta dos estudos e ainda levar adiante uma gravidez. A relação entre gravidez na adolescência e abandono escolar vem sendo apontada por vários autores na literatura, o que reforça a busca e a necessidade de investigação nesta temática (Rocha, 2009, p. 9).

A gravidez na adolescência é uma ocorrência que traz inúmeros desafios físicos, sociais e emocionais. Além destes desafios, esta situação pode impactar a vida escolar das adolescentes. As jovens mães enfrentam dificuldades em conciliar a maternidade e as demandas da vida escolar, fato que, em muitos casos, pode ocasionar desistência escolar.

A evasão escolar decorrente da gravidez na adolescência não envolve apenas a questão da maternidade precoce, envolve também as possíveis implicações que esta ocorrência pode gerar na vida dessas mães. Essa situação pode limitar as perspectivas de futuro das mães adolescentes, dificultando o acesso a melhores condições de vida e a oportunidades de crescimento pessoal e/ou profissional.

O estudo aqui desenvolvido perpassa a análise dos possíveis impactos da gravidez na adolescência na vida escolar de mães adolescentes. Através de uma revisão da literatura, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e programas que visem garantir o direito à educação das adolescentes grávidas e mães.

Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de 2008 a 2019 mais de 6 milhões de bebês nasceram de mães adolescentes, sendo a maioria dessas jovens indígenas e negras. Além disso, as regiões Norte e Nordeste são as regiões que mais possuem mães adolescentes no país (Fiocruz, 2023).

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2020, cerca de 380 mil partos realizados foram de mães com até 19 anos de idade, o que corresponde a 14% dos nascimentos que ocorreram no Brasil no ano supracitado.

Isto é, há um problema de saúde pública que precisa ser analisado em suas causas e efeitos. A gravidez na adolescência sequer deveria existir, existindo, os índices não deveriam ser tão altos. Há um problema a ser enfrentado.

Em consonância, dados da Fundação Abrinq, no Brasil, anunciam que foram registrados mais de 360 mil nascimentos de bebês, cujas as mães eram adolescentes de 15 a 19 anos (Abrinq, 2020). Essa faixa etária coincide com o período que tais adolescentes deveriam estar cursando o ensino médio regular da educação básica, conforme legislação brasileira de educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, vigente, a educação é um direito fundamental de todos os indivíduos e desempenha um papel crucial no desenvolvimento pessoal, social e econômico. Contudo, diante de uma gravidez precoce¹, um dos aspectos mais afetados na vida dessas meninas é o acesso à educação e a vida escolar. Em consonância com a LDB, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Porém, a evasão escolar é um desafio vivenciado na vida de muitos jovens em nosso país.

Silva Filho e Araújo (2017, p. 37) destacam que “a evasão e o abandono representam um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar”, porque não acontece de repente ou por um único motivo. Envolve diversos fatores como problemas familiares, dificuldades financeiras e falta de apoio na escola. Estas dificuldades vão se acumulando até que o aluno decide abandonar o espaço escolar. Diante disso, é importante abordar tal questão para que se entenda a complexidade deste processo e seus principais fatores, rebatendo no ambiente escolar, isto é, na continuidade ou não dos estudos.

Segundo Nunes (2012, p. 64),

[...]dentre os efeitos danosos atribuídos à gravidez na adolescência, destaca-se o pressuposto de que ela levaria ao abandono da escola, com conseqüente prejuízo para a formação profissional da jovem, que terá então menores chances no mercado de trabalho.

Em números, um estudo realizado pela Fundação Abrinq, em 2019, identificou que quase 30% das mães adolescentes, de até 19 anos, não concluíram o ensino

¹Gravidez precoce refere-se a uma gestação durante a juventude/adolescência, que, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), são considerados adolescentes indivíduos entre 12 e 18 anos de idade.

fundamental. Ou seja, a gravidez na adolescência ao ocasionar o abandono escolar interrompe o processo educacional e pode limitar oportunidades futuras a essas mães.

A evasão escolar durante a gravidez na adolescência representa um desafio para a política educacional, é um problema social e precisa de intervenção do Poder Público para reduzir os, ainda, altos índices de adolescentes grávidas. Com isso, faz-se necessário investir em ações que reduzam o contingente de adolescentes grávidas, dada a sua condição de pessoa em desenvolvimento. Em segundo plano, dada a condição de gravidez na adolescência, observar os principais desafios vivenciados pelas mães diante de sua trajetória escolar, buscando compreender os principais motivos que levam à evasão escolar. Isto é, buscar compreender os fatores que interferem na permanência escolar dessas mães ou adolescentes grávidas com vistas a intervir e evitar uma possível desistência.

Diante da experiência própria de gravidez na adolescência e os diversos desafios enfrentados, dentre eles, conciliar maternidade e estudos, surgiu a curiosidade sobre a relação da gravidez com os índices de evasão escolar. Uma vez que trata de uma fase que exige uma dedicação extensiva aos cuidados maternos, dificultando a conciliação com outras demandas, a exemplo da vida escolar.

Desse modo, apresenta-se algumas questões norteadoras do estudo, sejam elas: Quais os principais impactos da gravidez na adolescência na vida escolar das jovens mães? Quais são os fatores que contribuem para a desistência escolar diante da gravidez precoce? Quais são as consequências, a longo prazo, da gravidez na adolescência no acesso à educação? De antemão, imagina-se que são diversas as implicações, todavia, a ênfase deste trabalho será compreender as possíveis implicações no âmbito educacional.

Assim, a relevância social deste estudo perpassa a pretensão de que os resultados alcançados possam contribuir para a conscientização sobre a importância da permanência na educação de adolescentes mães. Bem como para a formulação de políticas públicas e programas de intervenção que promovam a inclusão e o apoio adequado a essas meninas, garantindo, assim, o seu desenvolvimento e a igualdade de oportunidades.

Somado a isso, após realizar uma busca simples no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não foi identificado nenhum grupo de pesquisa na área do Serviço Social referente à temática, o que evidencia a importância da pesquisa para o desenvolvimento de produções teóricas sobre o objeto a ser estudado nesse campo do conhecimento. Na área da Educação, os grupos de pesquisas da área do Serviço Social, de modo geral, concentram seus estudos em análises acerca do exercício profissional da categoria com foco na mercantilização da educação, funcionalidade da política educacional, entre outras questões.

Desta feita, sabe-se que o acesso à educação é um direito constitucional, como já retratado, no entanto, muitos adolescentes enfrentam barreiras para acessar a educação de qualidade. Algumas pesquisas como a de Pinto (1997), Miura *et. al.* (2023) e Rodrigues, Silva e Gomes (2019), evidenciam que a falta de recursos financeiros, discriminação, violência nas escolas e falta de apoio familiar podem dificultar o acesso à educação diante de uma gestação. Nesse cenário, o assistente social pode atuar como um viabilizador dos direitos dos adolescentes, trabalhando em parceria com escolas, famílias e comunidades para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

Além disso, no ano de 2019, foi aprovado o Projeto de Lei nº 3688/2019 que dispõe sobre a inserção de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica. No estado de Sergipe, essa Lei começou a ser operacionalizada em 2023 com a criação do Programa Acolher, onde 95 profissionais, psicólogos e assistentes sociais, foram contratados para atuar na rede pública de ensino. Contudo, é importante refletir sobre o caráter dessa iniciativa, que se trata de um programa de governo e não de uma política pública de Estado. As contratações foram feitas de forma precária via Processo Seletivo Simplificado (PSS), evidenciando sua temporariedade e as limitações estruturais que isso acarreta.

De acordo com a Secretaria de Educação de Sergipe, este programa busca contribuir para o desenvolvimento social, intelectual e emocional dos estudantes e profissionais (SERGIPE, Secretaria de Educação, 2023). Apesar de representar um avanço para a política educacional em Sergipe, o estado possui cerca de 378 escolas estaduais, estando a cargo de somente 95 profissionais contratos via Programa Acolher. Infere-se disso, a possibilidade de sobrecarga de trabalho, para além de outras implicações como a limitação no alcance das ações, uma vez que o número de profissionais contratados pelo Programa Acolher é insuficiente para atender de forma adequada todas as escolas estaduais. Isso pode resultar em um atendimento superficial ou esporádico, prejudicando a continuidade do acompanhamento psicossocial.

Além disso, observa-se um desequilíbrio na composição da equipe, com 60 das vagas destinadas a psicólogos e apenas 35 para assistentes sociais, o que gera uma demanda desproporcional para os profissionais de Serviço Social, que têm que dar conta de um número elevado de escolas. Com a presença reduzida de assistentes sociais, as demandas específicas que envolvem o acompanhamento das expressões da questão social refletidas na vida dos alunos podem não receber a devida atenção.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência corresponde a fase dos 12 aos 18 anos de idade. Para Godinho *et. al.* (2000, p. 25), este período corresponde a fase de transição da infância para a vida adulta, por isso, é marcado por diversas transformações, tanto físicas e psicológicas quanto psicossociais.

Conforme Manfré, Queiroz e Matthes (2010, p. 52) há dois momentos marcantes desse processo, primeiro a adolescente abandona os estudos para desempenhar outras responsabilidades decorrentes do novo papel que assume, o de mãe. Em seguida, a baixa escolaridade e grau de instrução precário levam à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, bem como causam comprometimento da estabilidade conjugal e do estado de saúde da adolescente e de seu filho, principalmente na ausência do suporte da família.

O estudo de Sá *et al.* (2022) revelou que, durante o período pandêmico, a maternidade juvenil se tornou ainda mais desafiadora, pois a pandemia da COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades das adolescentes grávidas, dificultando ainda mais o acesso e a permanência na educação. Embora a COVID-19 atinja pessoas de todas

as idades, fatores como níveis socioeconômicos, sexo, etnia e vulnerabilidade estão intimamente relacionados aos determinantes sociais do processo saúde/doença. A vulnerabilidade que acomete as adolescentes grávidas aumenta em função de condições de vida precárias, como a pobreza, a falta de acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, além da insegurança alimentar e habitacional. Essas dificuldades são especialmente presentes nas periferias de grandes cidades, onde muitos adolescentes se encontram em situação de alta vulnerabilidade (SÁ et al., 2022).

Para Figueiredo (2000, p. 486),

[...] a maternidade afeta negativamente e a diversos níveis a trajetória desenvolvimental da adolescente, particularmente nos domínios educacional (abandono escolar ou menor progressão educativa), socio-econômico (pobreza), ocupacional (desemprego), social (monoparentalidade) e psicológico (por exemplo, depressão, baixa autoestima e isolamento social).

Com isso, percebe-se as múltiplas formas como a maternidade na adolescência pode prejudicar o desenvolvimento da jovem. Entre os efeitos destacados, estão o abandono escolar e a menor progressão educativa, que comprometem as oportunidades de formação e qualificação profissional. No âmbito socioeconômico, as jovens mães frequentemente enfrentam situações de pobreza e desemprego, agravando sua vulnerabilidade e dificultando a ascensão social. Além disso, a monoparentalidade pode levar a desafios sociais e emocionais, que podem afetar profundamente a saúde mental das adolescentes.

Godinho *et. al.* (2000), destaca que a gravidez traz vários efeitos sociais negativos, como: perda das oportunidades educacionais, de trabalho e redução das chances de um casamento feliz, com limitações de oportunidade. Ocorrem também efeitos psicológicos associados ao conflito emocional e educacional frente a situação da maternidade.

Ou seja, é fundamental reconhecer e abordar os desafios sociais e psicológicos enfrentados diante da gravidez na adolescência. A perda de oportunidades educacionais e de trabalho, juntamente com a redução das chances de um casamento feliz, pode perpetuar ciclos de desigualdade e limitar o potencial de realização pessoal e profissional das mulheres. Além disso, os efeitos psicológicos, como o conflito emocional e educacional, evidenciam a necessidade de apoio e recursos adequados para enfrentar os complexos dilemas associados à maternidade.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar no Brasil, e seus objetivos específicos são: 1) descrever o processo de gravidez na adolescência; 2) expor os fatores que impulsionam a desistência escolar de adolescentes grávidas e mães adolescentes e; 3) caracterizar os fatores que contribuem para a gravidez na adolescência e como esses fatores afetam a permanência na educação.

Para alcance destes objetivos foi realizado um estudo exploratório, visto que tal tipo de pesquisa busca desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, com vistas a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis posteriormente (Gil, 1989). Somado a isso, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) revisão da literatura, a partir dos artigos científicos encontrados. A busca foi realizada nas seguintes plataformas: CAPES, Google Acadêmico e *Scielo*. Para isso, foram utilizados os seguintes marcadores: “gravidez na adolescência”, “evasão e desistência escolar” e; 2) coleta e análise de dados, obtidos através das produções científicas selecionadas.

No total, foram identificadas 277 produções. Dentro desse universo, a amostra final foi delimitada em 08 artigos. Essa quantidade foi definida considerando a relevância e aderência dos estudos encontrados aos objetivos da pesquisa. A seleção priorizou artigos que apresentassem uma abordagem da gravidez na adolescência, considerando fatores sociais e educacionais, contribuindo para uma compreensão aprofundada sobre a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar. Assim, essa amostra representa uma síntese significativa das produções disponíveis e pertinentes ao tema, respeitando os critérios metodológicos estabelecidos.

De acordo com Gil (1989, p. 73),

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dispõe-se do materialismo histórico dialético como método de interpretação da realidade, para suporte no processo de interpretação e estudo da realidade social. A escolha se deu por ser um método de análise do desenvolvimento humano que leva

em consideração que “o homem se desenvolve à medida que intervém na natureza, transformando-a e transformando-se” (Pereira e Francioli, 2011, p. 96). Além disso, considera a historicidade dos fenômenos, sua dinâmica e estrutura. Ou seja, é um método que analisa a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade, possuindo as categorias história, contradição e mediação como elementar para as análises utilizando o método marxiano.

Para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (Netto, 2011, p. 21-22).

A análise de dados foi baseada na categorização dos elementos que, de acordo com Bardin (2016, p. 201), “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto de diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos seguindo o gênero, com os critérios previamente definidos”. Essa metodologia é uma análise de conteúdo, um tipo de técnica qualitativa que busca interpretar dados textuais de forma sistemática, identificando padrões, categorias e significados subjacentes.

De forma geral, a análise de conteúdo pode ser entendida como um processo que vai além da descrição superficial dos dados, explorando as mensagens explícitas e implícitas neles contidas. Seu objetivo é organizar as informações em categorias temáticas relevantes, facilitando a compreensão das relações entre os dados coletados (Bardin, 2016). Após a coleta dos dados, foram identificadas categorias emergentes que refletiram os principais temas e aspectos encontrados durante a análise.

A primeira seção aborda a complexidade da gravidez na adolescência, destacando os diversos fatores que contribuem para esse fenômeno. São discutidos os impactos que a gravidez precoce ocasiona na vida escolar, e as consequências desta ocorrência, bem como o perfil socioeconômico das jovens que mais sofrem esses efeitos.

A segunda seção oferece a análise das produções científicas identificadas nas plataformas já mencionadas. Por fim, apresenta-se as considerações finais, onde são apontados os resultados obtidos e as expectativas sobre esta pesquisa em cumprir

sua finalidade de estimular maior compreensão acerca da gravidez na adolescência e seus impactos na vida escolar dessas jovens mães

2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Nesta seção, abordamos o fenômeno da gravidez na adolescência, discutindo suas causas, consequências e os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam. Para isso, a seção divide-se em duas subseções: a primeira traz apontamentos iniciais sobre a gravidez na adolescência, enfatizando a complexidade dos fatores que a envolvem; a segunda aborda as principais causas e consequências desse fenômeno, destacando as implicações sociais e emocionais.

2.1. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: APONTAMENTOS INICIAIS

Entender os aspectos condicionantes e determinantes da gravidez na adolescência é fundamental para o desenvolvimento da compreensão de que esse fenômeno decorre e vai além das escolhas individuais das adolescentes ou do simples “descuido” do núcleo familiar. Neste sentido, Costa e Freitas (2020, p. 67) mencionam que

A gravidez precoce é um resultado multifatorial que envolve questões familiares, sociais, culturais e educacionais. Esse problema atribuído única e exclusivamente a imprudência de adolescentes e ao descuido dos responsáveis, perpassa o âmbito familiar, figurando um problema social e de Estado, uma vez que ocorre por uma série de elementos.

Como bem pontuaram os autores, a gravidez precoce é resultante de uma gama de fatores interligados entre si, cujas raízes se entrelaçam em diversos aspectos da vida adolescente. Embora seja comum atribuir a responsabilidade exclusivamente aos jovens e aos seus cuidadores, é crucial reconhecer que esse fenômeno é moldado por influências que vão além do controle individual. Portanto, compreender a gravidez na adolescência requer uma abordagem que considere a perspectiva de totalidade.

Alves *et. al.* (2016, p. 538), ressaltam que

A ideia de que a gravidez indesejada é resultante da desinformação sobre os métodos contraceptivos e de que quanto mais precoce é a iniciação sexual, mais vulneráveis à concepção estarão às adolescentes, parece ser um consenso.

Nesse sentido, é inegável que a falta de acesso a informações sobre contracepção e a indisponibilidade desses métodos podem aumentar a vulnerabilidade das adolescentes à concepção precoce e não planejada. Quando as

jovens enfrentam dificuldades para obter contraceptivos ou não recebem educação sexual adequada, estão mais propensas a tomar decisões arriscadas em relação à sua saúde reprodutiva.

Ademais, é importante problematizar o controle dos corpos das mulheres exercido pela sociedade e pelo Estado. As políticas e programas relacionados à contracepção, frequentemente, se destinam exclusivamente às mulheres, desconsiderando a corresponsabilidade dos homens na saúde reprodutiva e perpetuando uma visão desigual de gênero. Essa dinâmica contribui para que se perpetue uma situação de vulnerabilidade para estas adolescentes, que são colocadas em uma posição em que o cuidado e a gestão de sua saúde reprodutiva são frequentemente externalizados e estigmatizados.

Godinho *et. al.* (2000) reconhecem fatores que influenciam a iniciação da vida sexual precocemente, quais sejam: a falta de lazer, exemplos familiares, curiosidade natural, necessidade em expressar amor e confiança, solidão, carência afetiva e necessidade de afirmação. “Ainda outros fatores podem favorecer a ocorrência de uma gravidez indesejada, como: ausência de educação sexual nas escolas e de programas de planejamento familiar nos serviços públicos de saúde” (Godinho *et. al.* 2000, p. 26).

É importante mencionar o perfil socioeconômico destas adolescentes, já que estes fatores fazem parte, majoritariamente, da realidade vivenciada por adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Diante disso, Silva (2007) analisa os dados do IBGE, divulgados em maio de 2005, e faz a seguinte constatação:

[...] adolescentes e jovens com idades entre 15 e 19 anos, em famílias com até três salários mínimos de rendimento total, experimentaram a maternidade com uma escolaridade equivalente ao ensino fundamental, ou seja, as que têm “baixa escolaridade”. Nessa mesma faixa etária, em famílias cuja renda é de mais de três salários mínimos, a concentração de mães pela primeira vez passa a ser observada entre aquelas com escolaridade compatível com a idade, o que nos aponta que a baixa escolaridade por si só não é fator determinante para que ocorra a gravidez na adolescência (Silva, 2007, p.17).

A análise de Silva (2007) aponta para uma complexidade na relação entre gravidez na adolescência, escolaridade e renda familiar. Embora seja evidente que a falta de acesso à educação e recursos econômicos pode aumentar o risco de maternidade precoce entre as jovens de baixa renda, a análise revela que a baixa

escolaridade por si só não é o único determinante desse fenômeno. Portanto, abordagens relacionadas a gravidez na adolescência devem considerar as disparidades econômicas e as condições familiares que influenciam as escolhas reprodutivas das jovens.

A família é o grupo social no qual o indivíduo pode se expressar com intimidade e espontaneidade, sendo um importante elemento para a saúde de seus membros. As famílias desestruturadas², nas quais ocorre violência, negligência, falta de comunicação e diálogo, podem gerar dificuldades de relação, notadamente para o adolescente. Dessa forma, o contexto familiar pode influenciar no comportamento das adolescentes (Picanço, 2015, p. 44).

Estes fatores revelam a multiplicidade de aspectos que permeiam esse fenômeno complexo. Tanto a influência familiar e social quanto a falta de educação sexual e acesso a serviços de planejamento familiar desempenham papéis significativos na vulnerabilidade das adolescentes a gravidezes indesejadas.

2.2. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Segundo Moreira *et al.* (2008) tanto a gestação quanto a adolescência são períodos delicados, cada um com suas particularidades. Quando ocorrem simultaneamente, resultam em uma série de transformações que geram intensas emoções e eventos. Isso destaca a complexidade e a intensidade das consequências e desafios enfrentados por uma adolescente grávida, o que reflete uma situação que demanda uma rede de apoio sólida.

A sexualidade, elemento primordial da vida humana, e ainda considerada um tabu no presente contexto social, representa um dos grandes problemas na atualidade. Iniciada de forma cada vez mais precoce, faz com que jovens e adolescentes que buscam informações acerca do assunto, sintam-se oprimidos e censurados, resultando, inúmeras vezes, em relações sexuais imprudentes e possível gravidez indesejada (Costa e Freitas, 2020, p. 67).

² O termo “família desestruturada” advém de uma concepção positivista-funcionalista, que tende a responsabilizar os indivíduos e suas dinâmicas familiares pelos problemas sociais, desconsiderando as estruturas socioeconômicas mais amplas. Essa abordagem ignora as desigualdades e as condições impostas pelo sistema capitalista, que frequentemente resultam em situações de vulnerabilidade, como a precarização do trabalho, o acesso limitado a serviços básicos e a falta de políticas públicas de apoio. Ao culpabilizar os sujeitos, esse conceito desvia o foco das causas estruturais e sistêmicas que influenciam o comportamento familiar, reforçando estereótipos que estigmatizam certos grupos sociais.

Diante do exposto, percebe-se que a falta de diálogo aberto sobre a sexualidade nas famílias e nas escolas contribui significativamente para esse cenário. Sem orientação adequada, os jovens ficam vulneráveis a mitos e informações incorretas, que podem levar a comportamentos de risco.

No entanto, embora a falta de diálogo aberto sobre a sexualidade nas famílias e escolas contribua para o aumento de comportamentos de risco, essa relação não é direta e simples. Há mediações importantes que precisam ser trabalhadas, como os fatores culturais que perpetuam o *tabu* em torno da sexualidade, especialmente no que diz respeito às diferenças de gênero. A sexualidade é um *tabu*, em grande parte, devido à construção histórica e social que associa a sexualidade feminina à repressão e ao controle, enquanto a masculina é estimulada e normalizada. Isso reflete a estrutura patriarcal da sociedade, na qual homens são frequentemente encorajados a explorar sua sexualidade, enquanto as mulheres são incentivadas a se 'guardar' e a preservar sua 'pureza'. Esse tratamento desigual se manifesta em normas sociais e expectativas que silenciam discussões importantes sobre educação sexual, deixando os jovens, especialmente as meninas, vulneráveis a mitos, desinformação e pressões sociais.

De acordo com Pelloso, Carvalho e Valsecchi (2002), a gravidez na adolescência costuma trazer sérias consequências, pois interrompe o desenvolvimento integral da jovem e desorganiza sua vida, resultando em graves problemas psicossociais. Além disso, a gravidez afeta as relações familiares e a saúde dos membros da família, uma vez que a nova vida, não planejada na composição familiar, frequentemente atua como um elemento estressor ou desencadeador de conflitos já existentes.

Partindo do pensamento das autoras, é possível afirmar que a gravidez precoce acarreta uma série de consequências para as jovens, que incluem a interrupção de seu crescimento pessoal e social e a desordem em suas vidas, levando a dificuldades psicossociais severas. Esses impactos se estendem também às dinâmicas familiares, onde a gravidez não planejada pode causar tensões e agravar conflitos preexistentes.

Moreira *et. al.* (2008, p. 316) destacam que

A gestação na adolescência é, de modo geral, enfrentada com dificuldade porque a gravidez nessas condições significa uma rápida passagem da situação de filha para mãe, do querer colo para dar colo. Nessa transição abrupta do seu papel de mulher, ainda em formação, para o de mulher-mãe, a adolescente vive uma situação conflituosa e, em muitos casos, penosa. A grande maioria é despreparada física, psicológica, social e economicamente para exercer o novo papel

materno, o que compromete as condições para o assumir adequadamente e, associado à repressão familiar, contribui para que muitas fujam de casa e abandonem os estudos. Sem contar com as que são abandonadas pelo parceiro, muitas vezes também adolescente.

Perante o pensamento dos autores, as consequências deste fenômeno são variadas e abrangem diversos aspectos da vida da jovem. A saída precoce do sistema educacional, devido à necessidade de cuidar do bebê ou à pressão social e familiar, reduz significativamente as oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

A falta de suporte emocional e financeiro agrava a vulnerabilidade das adolescentes, muitas vezes levando à perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social. Além disso, a ausência do parceiro e a responsabilidade precoce de maternidade podem afetar a saúde mental das jovens, aumentando o risco de depressão e ansiedade. A gravidez na adolescência não só impacta a vida imediata da jovem, mas também traz repercussões duradouras que podem influenciar negativamente seu futuro e o de seu filho.

É fundamental refletir sobre o papel de gênero que permeia essa situação. Muitas vezes, os homens são desresponsabilizados em relação às consequências da maternidade precoce, enquanto o fardo do cuidado e da responsabilidade recai quase que exclusivamente sobre as mulheres. Essa divisão desigual de responsabilidades não apenas marginaliza o papel dos homens na criação dos filhos, mas também reforça estereótipos de gênero que limitam as oportunidades das mulheres.

Segundo Fonseca e Araújo (2004), a gravidez na adolescência, além das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos jovens e suas famílias, também gera preocupações entre a sociedade e as autoridades de saúde e educação sobre as consequências desse fenômeno para as adolescentes e seus filhos. Essas preocupações são justificadas, pois a gravidez precoce pode afetar negativamente a saúde física e mental das jovens, comprometer suas oportunidades educacionais e profissionais e impactar o desenvolvimento das crianças nascidas nessas condições.

Esteves e Menandro (2005) apontam algumas consequências deste fenômeno:

- (a) impossibilidade de completar a função da adolescência, tendo que antecipar escolhas e abreviar experiências;
- (b) abandono da vida escolar (por vergonha, proibição ou interdição de outras naturezas);
- (c) menor chance de qualificação profissional, com óbvios reflexos para as oportunidades de inserção posterior no mundo do trabalho.
- (D) grande dificuldade para rearticular a vida sexual e limitar a fecundidade;
- (e) impossibilidade de estabelecer uma família com plena autonomia, autogestão e projeto de futuro;
- (f) dependência

financeira absoluta da família ou do pai da criança; (g) maior risco de instabilidade conjugal. (D) abandono familiar da adolescente, em alguns casos, levando a maior empobrecimento da mesma e da família que venha a constituir; (i) vivência de preconceito em várias instâncias sociais; (j) despreparo para lidar com o desenvolvimento do filho; (k) maior risco de comprometimento da saúde física e/ou emocional do bebê; (l) risco alto de comprometimento da saúde física e/ou emocional da mãe adolescente, diante das dificuldades enfrentadas no atendimento de suas próprias necessidades e carências (Esteves e Menandro, 2005, p. 364).

As diversas consequências apontadas por Esteves e Menandro (2005) destacam a complexidade e amplitude dos desafios enfrentados por adolescentes que se tornam mães precocemente. Desde a impossibilidade de completar plenamente a fase da adolescência até os riscos de comprometimento da saúde física e emocional tanto da mãe quanto do bebê, essas repercussões evidenciam a urgência de uma abordagem holística e abrangente para lidar com a gravidez na adolescência.

Cabral e Brandão (2020) ressaltam que discutir a gravidez na adolescência em um contexto de profundas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero, como no Brasil, exige precisão, competência teórica e técnica, além de um profundo respeito à vida das adolescentes. Eles apontam que essas jovens são pessoas de direitos que estão em processo de aprendizado da autonomia, do cuidado e controle de si mesmas e de sua sexualidade, entendida como uma dimensão inerente às relações sociais.

A abordagem das autoras destaca a necessidade de um olhar atento ao tratar da gravidez na adolescência no Brasil. O contexto de desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero torna a situação ainda mais complexa, exigindo intervenções que respeitem a dignidade e os direitos das adolescentes.

Apesar de a gravidez na adolescência ocorrer com maior frequência nos grupos mais empobrecidos, não se pode negar que o fenômeno acontece em todos os estratos populacionais, porém suas consequências podem ser mais negativas para adolescentes cuja inserção social restringe o acesso a bens materiais e imateriais (Hoga, Borges e Reberte, 2010, p. 152).

Diante desta afirmação, fica claro que a gravidez na adolescência, embora presente em todas as camadas sociais, acarreta consequências mais severas para adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica. Este contexto reflete a necessidade de se compreender a gravidez na adolescência não apenas como uma questão individual, mas também como um reflexo de desigualdades sociais mais amplas.

A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo que está intimamente ligado a contextos de vulnerabilidade social e ao ambiente escolar. Segundo Schiro e Koller (2013), o contexto de vulnerabilidade social, como o absentismo escolar, tende a associar-se ao aparecimento da gravidez durante a adolescência. O absentismo escolar pode ser tanto uma causa quanto uma consequência desse fenômeno, pois a falta de educação e apoio adequados podem levar as adolescentes a se envolverem em relações sexuais desprotegidas. Por outro lado, a gravidez na adolescência, muitas vezes, leva ao abandono escolar, criando um ciclo de vulnerabilidade social e educacional.

Existe uma grande preocupação com as consequências que a maternidade precoce pode acarretar à saúde, à educação e ao desenvolvimento econômico e social. Isso se deve ao fato de esta dificultar o desenvolvimento educacional e social da adolescente, assim como a sua capacidade de utilizar todo o seu potencial individual (Manfré, Queiroz e Matthes, 2010, p. 49).

A preocupação com as consequências da maternidade precoce, conforme destacado por Manfré, Queiroz e Matthes (2010), reflete uma compreensão profunda dos desafios que esse fenômeno impõe às adolescentes e à sociedade como um todo. A interrupção do desenvolvimento educacional e social da adolescente devido à maternidade precoce pode ter um impacto significativo em sua capacidade de alcançar seu potencial máximo. Além disso, as ramificações socioeconômicas podem ser duradouras, afetando não apenas o bem-estar individual da mãe e do bebê, mas também a estabilidade financeira da família e o desenvolvimento econômico da comunidade.

3 RELAÇÃO ENTRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Conforme Pantoja *et al* (2007, p. 512), “tratar da gravidez na adolescência é lidar com um acontecimento complexo, tendo em vista que implica no envolvimento de vários fatores de natureza social, econômica, psicológica e fisiológica”. Além desses aspectos mencionados pelos autores é fundamental considerar, também, o impacto educacional.

A Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975 prevê em seu Art. 1º a seguinte situação: “a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969”. Embora esta Lei tenha sido um avanço significativo ao garantir o direito das gestantes à continuidade dos estudos, a realidade mostra que sua aplicação tem sido falha e insuficiente, tendo em vista que a evasão escolar é uma realidade vivenciada pelas jovens mães.

De acordo com dados do segmento “Educação”, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a gravidez foi apontada como um dos principais fatores para a evasão escolar por mulheres, no ano de 2019, apontando um percentual de 23,8%. Com isso, destaca-se a gravidade do impacto que a maternidade precoce tem na continuidade educacional das jovens.

Picanço (2015, p. 44) aponta que “é muito comum que a adolescente abandone a escola durante sua gestação, assim como, após assumir a responsabilidade de cuidar do filho”. O fato de muitas jovens abandonarem a escola durante a gestação e após assumirem a responsabilidade de cuidar de um filho reflete os desafios significativos que enfrentam ao conciliar os papéis de mãe e estudante. Essa interrupção na educação pode ter consequências de longo prazo, limitando as oportunidades futuras das adolescentes e perpetuando o ciclo de desigualdade socioeconômica.

O abandono escolar vem evoluindo significativamente entre as adolescentes grávidas. Os motivos são variados, incluindo a depressão, a vergonha, a necessidade de trabalhar, imposta pela maioria dos pais após a gravidez. A ausência do apoio da família e da escola tem cooperado enormemente com o abandono escolar após a gestação, muitas vezes justificado pela necessidade de trabalhar e de também cuidar do bebê (Rodrigues, Silva e Gomes, 2019, p. 237).

Rodrigues, Silva e Gomes (2019), consideram que o afastamento da escola não ocorre apenas pela gravidez, pode ser associado ao “preconceito dos colegas, da falta de apoio da escola e dos amigos, a vergonha pelas mudanças no corpo e por colocar em evidência a vida da adolescente” (Rodrigues, Silva e Gomes, 2019, p. 232).

Partindo desta afirmação, há uma persistência de preconceitos arraigados e estruturas sociais que marginalizam as jovens mães. Muitas vezes, essas adolescentes enfrentam discriminação dentro das próprias instituições educacionais, seja por falta de apoio adequado, estigmatização ou até mesmo por políticas que dificultam sua permanência na escola.

Miura *et al.* (2023) destaca o papel crucial que a escola deve desempenhar no apoio ao amadurecimento das adolescentes grávidas. Ao ser um ambiente social de convivência, a escola não apenas oferece oportunidades educacionais, mas também pode desempenhar um papel fundamental na promoção do desenvolvimento pessoal e social das jovens mães. Isso inclui fornecer apoio emocional, orientação sobre saúde reprodutiva, acesso a recursos e serviços de apoio, e criar um ambiente inclusivo e acolhedor que combata o estigma e a discriminação. Além de contribuir com uma formação na vida e para a vida. Todavia, o sistema de ensino brasileiro encontra-se fragilizado neste aspecto, visto que não têm disseminado uma formação humana integral, isto é, que possibilite ao sujeito a compreensão de si no mundo e do mundo. O sistema de ensino brasileiro é dual, e a classe trabalhadora é mais prejudicada diante desse dualismo educacional, reflexo da desigualdade social (Frigotto, 2014). Ou seja, à classe trabalhadora é destinado um formato de educação em detrimento do formato que é ofertado para a classe dirigente.

Diante desse cenário, é crucial que haja uma abordagem integrada e holística para enfrentar o problema da gravidez na adolescência e suas consequências educacionais. Isso inclui políticas públicas mais eficazes, investimentos em educação sexual abrangente e acessível, apoio social e emocional às jovens mães e uma mudança cultural que promova a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos.

O mapeamento das produções científicas acerca do tema foi realizado nas plataformas eletrônicas Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), filtradas a partir dos seguintes marcadores: “gravidez na

adolescência”; “evasão escolar” e “desistência escolar”, essas bases de dados foram selecionadas por conveniência, dado seu amplo acesso e reconhecimento na comunidade acadêmica. Assim, foram identificados os seguintes resultados:

Quadro 1 – Mapeamento das produções científicas nas plataformas eletrônicas

NOME DA PLATAFORMA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
CAPES	31
GOOGLE ACADÊMICO	242
SCIELO	4

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesse viés, ao realizar o mapeamento nas plataformas, foi encontrado um total geral de 277 produções. A seleção ocorreu entre os meses de junho e julho deste ano de 2024, utilizando filtros específicos como: 1) período de publicação (2010-2024), 2) idioma (português) e, 3) tipo de estudo (artigo científico).

Esse período de tempo foi selecionado por considerar que em 10 anos muda-se muita coisa em uma sociedade. Isto é, os aspectos conjunturais, econômicos, culturais e políticos já sofreram diversas adaptações ao novo. Além disso, quatro anos atrás, início do ano de 2020, o mundo vivenciava uma nova crise societária, denominada pandemia da COVID-19. Crise histórica que desencadeou uma série de transformações societárias, vivenciadas cotidianamente.

De acordo com Souza (2021), a pandemia da COVID-19 agravou a precarização das relações de trabalho, intensificando vínculos e contratos precários já presentes em um contexto de contrarreformas trabalhistas. As condições de trabalho pioraram, especialmente, com o avanço do *home office* e da uberização, enquanto a saúde dos trabalhadores foi afetada tanto pela falta de medidas jurídicas consistentes de proteção quanto pela exposição ao vírus e pelas repercussões psicológicas e sociais da pandemia (Souza, 2021).

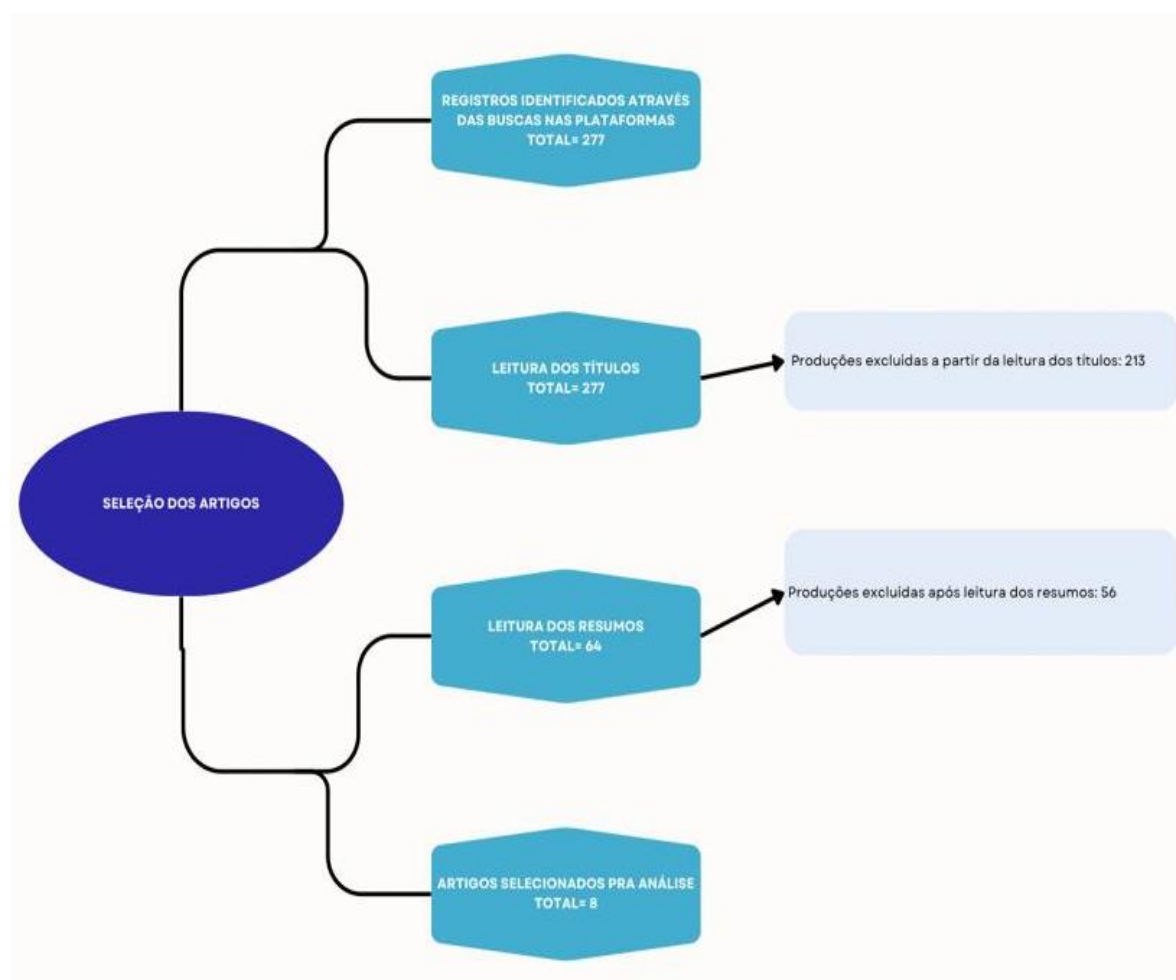
Essas transformações cotidianas, que resultam da crise pandêmica, mostram como é essencial considerar esse contexto recente na análise das produções científicas selecionadas.

Assim, após a leitura dos títulos e, posteriormente, dos resumos, quando aplicados os critérios de inclusão, foram selecionados os artigos para análise. Os critérios de inclusão perpassaram a relevância do tema, definida pela abordagem da gravidez na adolescência, considerando fatores sociais e educacionais e a

possibilidade de acesso ao texto completo. Dessa forma, foram excluídos 269 estudos, pois não atendiam aos critérios elencados, restando 8 artigos elegíveis para serem lidos e analisados na íntegra.

A seguir, o fluxograma abaixo ilustra o processo de seleção dos artigos, detalhando cada etapa de exclusão e inclusão:

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção das produções científicas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a leitura inicial dos títulos, que resultou na exclusão de 213 produções, a próxima etapa envolveu a análise criteriosa dos resumos dos 64 artigos restantes. Nesse momento, foram priorizados aqueles que abordavam, de forma profunda e contextualizada, a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar, com foco em aspectos sociais, educacionais e culturais. Muitos dos textos foram excluídos nessa fase por apresentarem uma abordagem restrita ao campo médico/biomédico, da enfermagem, ou por não explorarem a questão da gravidez precoce dentro do contexto educacional. Após essa triagem, foram selecionados 8 artigos para análise

completa, levando em consideração a consistência teórica e a relevância dos dados apresentados. A seguir, o quadro com as características dos artigos selecionados para a pesquisa:

Quadro 2 - Características das produções científicas selecionadas

ANO	TÍTULO	AUTORIA	RESUMO
2011	JOVENS MÃES E ABANDONO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA	Maria Angélica S. Padilha; Álvaro M. Hypolito; Marilu C. Soares; Sonia Maria K. Meincke; Maria Emília N. Bueno; Aline M. Feijó; Eda Schwartz.	Objetivo: realizar uma revisão sistematizada dos artigos publicados nos últimos cinco anos sobre o tema maternidade na adolescência e fatores de abandono escolar. Metodologia: revisão sistematizada de artigos em inglês, português e espanhol nas bases de dados BVS, SciELO, MEDLINE, LILACS e PubMed, entre janeiro de 2004 e janeiro de 2009, utilizando, conjuntamente, os descritores gravidez na adolescência, evasão escolar e educação sexual. Foram encontrados 15 artigos, sendo cinco artigos no Brasil; três na África; um na China; um na Argentina; um no Chile; e quatro nos Estados Unidos. Resultados: os artigos evidenciaram que o nível socioeconômico baixo é fator prejudicial ao desempenho escolar, comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes. Além da gravidez precoce, outros fatores como pobreza, baixa escolaridade dos pais e percepção do valor da educação são determinantes para o abandono escolar. Considerações finais: os achados dessa revisão apontam caminhos que merecem ser aprofundados, tais como as políticas públicas e programas de saúde direcionados aos adolescentes. Dessa forma, sugere-se a realização de novos estudos sobre a temática. Descritores: gravidez na adolescência; evasão escolar; educação sexual.
2018	FATORES PREDITORES DA EVASÃO ESCOLAR ENTRE ADOLESCENTES COM EXPERIÊNCIA DE GRAVIDEZ	Carolina Rodrigues de O. Souza Keila Rejane O. Gomes Kamila Cristiane de O. Silva Márcio Dênis M. Mascarenhas Malvina Thais P. Rodrigues Jesusmar X. Andrade	Introdução: A educação formal é considerada um fator protetor em razão da inclusão social que promove e porque a permanência dos jovens na escola reduz o risco da maternidade precoce, o que leva a associar a gestação adolescente à evasão escolar. Objetivo: Analisar os fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez em Teresina, Piauí. Método: Estudo transversal, com amostragem acidental, realizado com jovens que finalizaram uma gravidez no primeiro quadrimestre de 2006, quando tinham entre 15 e 19 anos de idade. Foi realizada análise multivariada por meio de regressão logística binomial para cálculo de OddsRatio ajustado (ORaj), com intervalo de confiança de 95% (IC

		Maria Andréa B. F. Leal	95%). Resultados: 94,4% das jovens afirmaram ter interrompido os estudos em algum momento da vida, das quais 54,4% abandonaram os estudos. As jovens que trabalhavam e tiveram gravidez recorrente foram as mais propensas a abandonar os estudos. Além disso, conviver com uma renda familiar de até um salário mínimo aumentou suas chances em três vezes. O tempo em que parou de estudar se apresentou como fator de proteção. Conclusão: O abandono escolar de jovens mães está fortemente associado a fatores socioeconômicos desfavoráveis, por isso são imprescindíveis políticas que incentivem a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho, favorecendo melhor renda, menor dependência financeira, menos gravidez precoce e não planejadas.
2019	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOLESCÊNCIA, NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	Lívia Santos Rodrigues Maria Vanuzia O. da Silva Maria Amábia V. Gomes	O presente artigo apresenta um trabalho desenvolvido que teve como objetivo analisar os fatores determinantes da evasão escolar decorrente da gravidez precoce e identificar os desafios enfrentados pela escola no desenvolvimento ou inserção da Educação Sexual no currículo escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pela pesquisa qualitativa de abordagem bibliográfica e de campo, realizada com adolescentes grávidas entre 13 e 16 anos. Utilizamos como instrumento de coleta de dados, questionários e entrevistas com os professores, coordenador e gestor escolar. As obras referências foram de Egypto (2012), Furlani (2011), Figueró (2007, 2009), Heilborn (2008) e Brasil (2009). Os resultados apresentados mostram que tanto a iniciação sexual das adolescentes quanto a gravidez estão acontecendo precocemente. Além disso, revelam um percentual considerável de evasão escolar em virtude da gravidez precoce. E, ainda o despreparado da sociedade e da escola e conseqüentemente dos professores no que se refere à educação sexual de adolescentes. A problemática estudada nos remete a reflexões importantes sobre o tema e aponta para a necessária participação da família, da escola e da sociedade.
2020	A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PRODUZINDO EVASÃO ESCOLAR: UM EXAME BIBLIOGRÁFICO	Lázaro Saluci Ramos Renata dos Santos R. Guzman HilkaQuinelato BethaniaFricks J. B. Mota	Objetivo: Objetiva-se na presente revisão abordar, aglomerando desenlaces, o problema da gravidez na adolescência como causadora de evasão escolar nas escolas públicas brasileiras, afim de introduzir novas táticas e políticas públicas que visem garantir o direito a educação nos casos em questão. Revisão bibliográfica: A bibliografia atual aponta métodos de desenvolvimento e adequação do ambiente escolar para introduzir no campo acadêmico facilitadoras simples e complexas,

		Claudia Márcia F. J. B. Terra Fernanda Baiense de A. Paes Maria Aparecida T. Tonon Chirlene Wandermu rem Louzada Jacira Marvila B. Viana Simone Fernandes de França	todavia, o problema da gravidez na adolescência causando evasão escolar é também um problema de saúde pública. A ideia é levar a amostra de dados já publicados visando garantir que saúde e educação devem unir forças na busca por soluções viáveis. O espectro socioeconômico quando levado em conta, aponta a desigualdade social e o difícil acesso à informação, como causadores do óbice, além da omissão estatal. Considerações finais: Entende-se, portanto, que instruir somente, não é suficiente para alcançar resultados satisfatórios, mas atentar para os problemas causados pela desigualdade social e inovar com políticas contemporâneas garantindo os direitos básicos de educação e saúde.
2020	A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NA AMAZONIA MARAJOARA: A REALIDADE DA COMUNIDADE TURÉ	Kelle Daiane C. Gondin Gilvano Duarte Gondin Andréa Bittencourt P. Chaves	O objetivo norteador do presente trabalho foi analisar a relação existente entre a gravidez na adolescência e a evasão escolar considerando o contexto da Amazônia marajoara, especificamente na comunidade Turé, Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba localizada no alto Rio Piriá, município de Curralinho Marajó, Pará -Brasil. O propósito da pesquisa está em alcançar a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas adolescentes grávidas e pelas mães adolescentes na continuidade dos estudos destacando a importância da família e da escola nesta fase da vida. A princípio foi realizada uma revisão da literatura abordando o tema e obtendo o embasamento teórico sobre: adolescência, sexualidade, gravidez, família, escola e evasão escolar. A coleta de dados foi realizada a partir da observação direta participante e de entrevistas com adolescentes: grávidas e mães. Constatou-se que muitas jovens da comunidade pesquisada desistiram de seus estudos por conta da gravidez precoce e dos problemas enfrentados com a maternidade. Conclui-se sobre a fundamental importância da participação da família e da escola no enfrentamento das dificuldades posta pela maternidade e a necessidade da implantação de políticas públicas para amparar as adolescentes nessa fase da vida, evitando a evasão escolar e a perpetuação do ciclo da pobreza presente na realidade da Amazônia marajoara.
2023	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E AS EXPERIÊNCIAS DA VIDA ESCOLAR	Paula Orchiucci Miura Ana Caroline dos S. Silva Estefane Firmino de O. Lima	Este artigo teve como objetivo geral compreender as experiências de vida escolar de adolescentes grávidas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Participaram do estudo 14 adolescentes grávidas entre 15 e 19 anos de idade que estavam realizando pré-natal na rede pública do município. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada participante sobre a história de vida escolar. A análise de dados possibilitou a

		Ellen Borges T. Galdino Kedma Augusto M. Santos Suzy Kamylla de Menezes Gline Cavalcante Costa	elaboração de duas categorias: “adolescentes grávidas que pararam de estudar” e “adolescentes grávidas que continuaram estudando”. Das 14 adolescentes entrevistadas, 10 pararam de estudar e quatro continuaram estudando. Observou-se a importância do suporte familiar e escolar para que as adolescentes pudessem continuar seus estudos. As adolescentes buscavam na escola um ambiente acolhedor para suas necessidades emocionais, mas nem todas tiveram a possibilidade de vivenciá-lo. O suporte à comunidade escolar é fundamental para que ela consiga oferecer o amparo necessário para seus alunos.
2023	EVASÃO ESCOLAR OU EXPULSÃO: POR QUE ALUNAS-MÃES ABANDONAM A ESCOLA?	Célia Ratusniak Carla Clauber da Silva	Este artigo problematiza os efeitos da judicialização da evasão escolar na vida de alunas-mães citadas nos processos judiciais por abandono intelectual, instaurados em uma comarca do sul do Paraná, em 2018. Utiliza como aporte teórico os estudos foucaultianos, de desigualdade de gênero e raça. As fontes de dados são o Questionário Evasão Escolar e dados dos históricos escolares e das matrículas, empreendendo uma análise interseccional dos marcadores sociais raça e gênero. Os resultados encontrados indicam um percurso de reprovações e desistências anteriores à maternidade e à judicialização da evasão escolar, escondendo um longo processo de fracasso escolar, que resultou na expulsão. Os processos judiciais reforçam os deslocamentos das biopolíticas para as alunas grávidas e com filhos/as, produzindo a desigualdade de gênero e raça no espaço escolar, e evidenciam a fragilidade das políticas públicas que garantam, de fato, o direito à educação para as alunas-mães.
2024	“O HOJE AFETANDO O AMANHÃ”: PESQUISANDO GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR	Luciana Lobo Miranda Tadeu Lucas de L. Filho Shirley Dias Gonçalves Lara Thayse de L. Gonçalves Mayara Ruth N. Soares Antônio Marlon C. Barros Antônio Gabriel M. da Silva Matheus Leite Brito	Este artigo analisou o processo de construção e execução de uma pesquisa acerca da gravidez na adolescência com jovens do ensino médio no cotidiano de uma escola pública estadual de Fortaleza-CE, a partir de um estudo qualitativo com base na pesquisa-intervenção. Por meio de um curso de extensão para estudantes secundaristas, desenvolveu-se uma pesquisa na escola em que as próprias jovens da escola pública foram copesquisadoras do tema gravidez na adolescência no cotidiano escolar. Utilizou-se as ferramentas metodológicas de diários de campo, questionário on-line e restituição. Os resultados mostraram que há diferenças nos papéis de mãe e pai na adolescência, dificuldades para a conclusão da vida escolar e prejuízos na inserção no mercado de trabalho, principalmente para as meninas. Portanto, a pesquisa possibilitou problematizar o lugar de representatividade das pautas de maternidade e paternidade fomentando

		Arthur Ponciano L. Costa	espaços de escuta e dialogicidade na promoção da equidade com estudantes que experienciam a maternidade e paternidade.
--	--	--------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O primeiro estudo analisado é o de Padilha *et. al.* (2011) de título “**Jovens mães e abandono escolar: uma revisão sistematizada**”, tem como objetivo realizar uma revisão sistemática das publicações dos anos de 2004 a 2009 que abordam a maternidade na adolescência e os fatores associados ao abandono escolar.

Padilha *et. al.* (2011) justificam a relevância de entender o contexto mundial da gravidez na adolescência e da evasão escolar, pois esses problemas de saúde pública impactam não apenas a vida das jovens, mas também têm repercussões em toda a sociedade.

Os autores realizaram uma pesquisa bibliográfica através da análise de 15 artigos, selecionados a partir de busca nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *ScientificElectronic Library Online (SciELO)*, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed; a partir dos marcadores “gravidez na adolescência”, “evasão escolar” e “educação sexual”. A partir disso, os autores observaram que o baixo nível socioeconômico prejudica o desempenho escolar, bem como o comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes. Além da gravidez precoce, fatores como pobreza, baixa escolaridade dos pais e a percepção do valor da educação são determinantes para o abandono escolar.

Neste trabalho, os autores obtiveram os seguintes resultados na seleção dos artigos, no que se refere ao país de origem e ano de publicação: foram selecionados, do ano de 2004, 5 artigos, sendo 1 do Brasil, 1 da China, 1 do Chile e 2 dos Estados Unidos (EUA); do ano de 2006, 3 artigos foram selecionados, sendo 2 publicados no Brasil e 1 nos EUA; de 2007, foram 2 artigos, 1 publicado no Brasil e 1 nos EUA; já de 2008, os autores selecionaram 5 artigos, sendo 1 do Brasil, 3 da África do Sul e 1 da Argentina.

Em uma análise geral dos artigos selecionados, Padilha *et. al.* observam que o baixo nível socioeconômico prejudica o desempenho escolar e o comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes. Além da gravidez precoce, fatores como pobreza, baixa escolaridade dos pais e a percepção do valor da educação são determinantes para o abandono escolar, sendo aspectos comuns a diferentes países,

independentemente do seu nível socioeconômico. A relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar varia conforme o gênero: as jovens mães geralmente deixam a escola para cuidar dos filhos e realizar tarefas domésticas, enquanto os jovens pais abandonam os estudos em busca de renda própria.

Nas considerações finais, os autores destacam que os achados da revisão bibliográfica refletem a necessidade de aprofundar políticas públicas e programas de saúde voltados para adolescentes, visando à permanência ou retorno ao sistema escolar e à prevenção da gravidez precoce. Ressaltam também a importância de realizar outros estudos para aprofundar a compreensão sobre a maternidade na adolescência e os fatores relacionados ao abandono escolar.

Dessa forma, a análise do estudo de Padilha et al. (2011) fornece uma base sólida para entender as complexas interações entre gravidez na adolescência e evasão escolar. Os resultados indicam que fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial no desempenho escolar e na decisão de abandonar a escola. Além disso, evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e programas direcionados para apoiar adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O segundo artigo analisado, trata-se do estudo de Sousa *et. al.* (2018), de título **“Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez”**, teve como objetivo analisar os fatores que predizem a evasão escolar entre adolescentes que tiveram uma gravidez precoce em contextos de baixa renda familiar. A pesquisa buscou compreender se essas jovens haviam abandonado a escola antes de engravidarem ou se a gravidez ocorreu antes do abandono escolar. Com isso, demonstraram ter a pretensão de que o estudo contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens, abordando questões como a gravidez precoce e a evasão escolar.

Os autores realizaram um estudo transversal, parte do projeto "Gravidez na adolescência: fatores preditores da reincidência". Esse projeto teve como objetivo acompanhar adolescentes que finalizaram uma gravidez em 2006, quando tinham entre 15 e 19 anos, com o intuito de identificar fatores que poderiam levar a uma nova gravidez.

A coleta dos dados do estudo em questão ocorreu em 2008, dois anos após o parto, visando comparar a situação das adolescentes naquele momento com o período da primeira gravidez. Seis maternidades de Teresina, no estado do Piauí,

participaram do projeto, sendo cinco públicas e uma privada. Foi utilizada uma amostragem acidental, ou seja, os dados foram coletados dos casos disponíveis no período, devido à dificuldade de calcular uma amostra probabilística, já que alguns tipos de resolução da gravidez, como abortos, não poderiam ser identificados facilmente.

Para localizar as adolescentes dois anos após o parto, foi realizada uma busca ativa utilizando registros hospitalares para obter endereços e números de telefone. Ao todo, foram localizados 632 casos. As adolescentes foram então convidadas a participar do estudo por meio de contato telefônico ou visitas domiciliares. Nos casos em que a localização inicial havia falhado, buscavam apoio dos agentes comunitários de saúde da equipe Estratégia Saúde da Família (ESF) para tentar encontrar as jovens em novas áreas ou até mesmo em outras cidades, conforme informações fornecidas por vizinhos ou ex-vizinhos. Quando nenhuma dessas estratégias eram bem-sucedidas, o caso era considerado perdido.

A maioria das jovens do estudo de Sousa *et. al.* (2018) tinha entre 20 e 22 anos na época da pesquisa, com uma média de 20,2 anos. A maior parte era casada ou em união estável e vivia com o companheiro. Mais de 72% não trabalhavam, metade vivia em famílias que ganhavam até um salário mínimo, e 45% moravam com famílias de 5 a 10 pessoas. Cerca de 65% dependiam financeiramente de terceiros, principalmente do companheiro (50,4%) e dos pais (25%).

A maioria (69,6%) não frequentava a escola, e 94,4% interromperam os estudos durante ou após a gravidez, sendo que 49,2% pararam durante a primeira gestação. Após a interrupção, 59% não retornaram à escola, com 55,2% alegando como motivo o cuidado com a família e a casa. As que continuaram a estudar relataram maior aceitação (86%) do que críticas (14%) na escola. O nível de escolaridade mais comum era o ensino fundamental incompleto (34,7%), e a maioria não tinha adequação com a idade (86,9%), isto é, relação idade/série escolar definida pelo sistema de ensino brasileiro.

Em relação à história reprodutiva, 41,8% tiveram a primeira gestação entre 16 e 17 anos, com uma média de 1,8 gestações. Metade era primigesta, e 20% haviam engravidado pelo menos três vezes. Além disso, 63% eram filhas de mães que engravidaram na adolescência, e 48,9% tinham, pelo menos, um irmão ou irmã que também teve filho na adolescência.

Sousa *et al.* (2018) discutem que, embora a gravidez na adolescência seja frequentemente vista como causa da evasão escolar, alguns estudos, incluindo o deles, sugerem que muitas adolescentes podem ter abandonado a escola antes de engravidar, o que pode ser um fator de risco para a gravidez precoce. Essa relação pode ser explicada pelo fato de que muitas dessas adolescentes já estavam em defasagem escolar, e a gravidez apenas agravou a situação.

Os resultados do estudo também mostraram que, embora muitas jovens não estivessem trabalhando, aquelas com baixa escolaridade e múltiplas gestações eram mais propensas a abandonar a escola. A necessidade de trabalhar, mesmo em empregos de baixa remuneração, contribuiu para a evasão escolar ou a frequência irregular, prejudicando o desempenho acadêmico. Além disso, a recorrência de gravidez esteve associada ao abandono escolar, e estudos indicam que permanecer na escola pode ser um fator de proteção contra a gravidez precoce e repetida.

Os autores destacam que abandonar a escola devido à gravidez traz consequências graves para as adolescentes, limitando suas oportunidades de ascensão social e econômica, já que a educação é essencial para acessar melhores empregos. A pesquisa também sugere que essa realidade de pobreza e baixa escolaridade tende a se perpetuar entre gerações, especialmente em famílias de baixa renda, que enfrentam maiores barreiras para prosseguir com trajetórias educacionais de qualidade.

Com isso, concluem que a condição social das adolescentes exerce uma influência mais significativa sobre o abandono escolar do que a própria gravidez, que aparece como um fator dentro de um ciclo maior de pobreza e exclusão educacional. Portanto, ressaltam que manter as jovens mães na escola é crucial para interromper esse ciclo vicioso, e o sistema educacional deve adotar políticas que abordem as diversidades juvenis, orientando-as sobre sexualidade e incentivando a continuidade dos estudos.

A terceira produção, cujo tema é **“Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola”**, publicado em 2019, o qual possui autoria de Lívia Santos Rodrigues, Maria Vanuzia Oliveira e Maria Amábia Viana Gomes. O estudo investiga os fatores que contribuem para a evasão escolar decorrente da gravidez precoce, focando em adolescentes grávidas entre 13 e 16 anos. O objetivo geral é entender os motivos que levam essas jovens a abandonarem

os estudos, enquanto os objetivos específicos incluem quantificar a continuidade ou desistência dos estudos, identificar as dificuldades que causam a evasão e suas implicações na adolescência, na família e na escola. Além disso, a pesquisa buscou examinar as ações das escolas para prevenir a gravidez na adolescência e a importância da orientação familiar nesse contexto.

As autoras utilizam uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados envolveu questionários e entrevistas com alunos, professores, coordenadores e gestores escolares. Os resultados apontam para a iniciação sexual precoce das adolescentes, alta taxa de evasão escolar devido à gravidez e o despreparo das escolas e professores em lidar com a educação sexual.

O estudo destaca a necessidade de maior participação da família, da escola e da sociedade na educação sexual dos adolescentes para prevenir a gravidez precoce e suas consequências. A análise ressalta a complexidade das sensações e experiências vividas pelas adolescentes, enfatizando a importância de um apoio adequado tanto no ambiente escolar quanto familiar.

O primeiro tópico abordado no artigo foi intitulado como “Gravidez na adolescência e suas implicações na vida escolar, profissional, social e de saúde da adolescente”. Discute a gravidez na adolescência como um dos principais fatores da evasão escolar, destacando a importância de medidas para orientar tanto as adolescentes quanto a gestão da escola. Rodrigues, Silva e Gomes (2019) salientam que a gravidez precoce acarreta uma série de consequências negativas, como dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, interrupção de planos e sonhos, e problemas de saúde mental, em alguns casos.

Neste mesmo tópico, as autoras trazem o pensamento de Heilborn (2008) de que a gravidez na adolescência se torna um problema quando não planejada, afetando negativamente os projetos de vida dos jovens pais e dificultando a continuidade nos estudos e a entrada no mercado de trabalho. Somado a isso, também destacam que a maternidade precoce tem um impacto maior em adolescentes de baixa renda.

No segundo tópico, de título “Sentimentos e sensações experimentados por adolescentes em relação à gravidez”, é abordado as emoções e desafios enfrentados pelas adolescentes durante a gravidez. As autoras mencionam que a gravidez na adolescência ocasiona transformações físicas e psicológicas, as quais podem gerar

tanto sentimentos positivos, quanto negativos. A falta de maturidade biológica e psicológica torna esse período ainda mais delicado, com riscos aumentados para a saúde da mãe e do bebê, especialmente em contextos de carência de apoio familiar e social (Rodrigues, Silva e Gomes, 2019).

Quanto ao terceiro tópico do estudo, de título “Sensações e sentimentos de adolescentes grávidas com relação aos seus pais e professores”, é pontuado sobre os sentimentos conflitantes que a adolescente enfrenta ao descobrir a gravidez e a necessidade de informar aos pais e ao pai da criança. Os autores mencionam que a incerteza sobre a reação dos familiares gera emoções como medo, vergonha e arrependimento. É ressaltada ainda a importância do apoio, tanto por parte da família, quanto por parte da escola, para que o abandono escolar seja evitado, e para que essa jovem tenha um suporte emocional durante esse período.

No quarto tópico, as autoras trazem “Contribuições da família e da escola na formação sexual das adolescentes”, onde discorrem sobre a falta de envolvimento da família na educação sexual dos adolescentes, destacando que essa ausência contribui para o aumento dos casos de gravidez precoce. Muitos pais, por vergonha ou desconhecimento, evitam dialogar com os filhos sobre sexo e delegam essa responsabilidade à escola, sem perceber que ambos têm papéis complementares. As autoras argumentam que a família deve participar ativamente desse processo, oferecendo respostas claras e adequadas às dúvidas dos adolescentes.

A falta de diálogo em casa e a abordagem limitada nas escolas, focada apenas em aspectos biológicos, deixam os jovens vulneráveis e mal preparados para lidar com as consequências de uma vida sexual ativa. Informação e orientação adequada são essenciais para prevenir a gravidez precoce e outros problemas relacionados à sexualidade na adolescência (Rodrigues, Silva e Gomes, 2019).

No quinto tópico, discutem sobre “Responsabilidade da família e da escola na orientação sexual da adolescente”, as autoras ressaltam que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sugerem que a sexualidade seja abordada de forma transversal na escola, mas que essa abordagem precisa ser contínua e específica. Embora a família seja a primeira fonte de orientação, muitas vezes ela não cumpre adequadamente esse papel, tornando a colaboração entre escola e família fundamental para garantir uma educação sexual eficaz.

No sexto tópico, intitulado “A escola e a família frente a educação sexual dos adolescentes”, Rodrigues, Silva e Gomes (2019) argumentam que a educação sexual necessita de maior atenção no ambiente escolar. Além disso, apontam que as famílias, muitas vezes, não dialogam sobre o assunto, sendo a escola o local ideal para desenvolver uma educação sexual que vá além da simples informação, atuando de forma preventiva e intervencionista. Essa abordagem deve ser centrada nas necessidades e questionamentos dos jovens, combatendo *tabus* e preconceitos, promovendo uma formação humana integral que inclua a responsabilidade sexual e a prevenção de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis. As autoras defendem a parceria entre escola e família como fundamental para a efetividade da educação sexual e para a formação de indivíduos responsáveis e conscientes.

Rodrigues, Silva e Gomes (2019) explicam que a pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, caracterizada como bibliográfica e de campo, na Escola Municipal de Ensino Fundamental em Passo de Camaragibe, Alagoas. Os sujeitos participantes da pesquisa foram compostos por 10 alunas do 6º ao 9º ano, com idades entre 13 e 16 anos, além de 4 professores, 3 diretores e 1 coordenador pedagógico. Para a coleta de dados foram utilizados questionários e entrevistas estruturadas, que buscaram investigar as implicações da gravidez na vida das adolescentes em diversos aspectos, assim como os papéis da família e da escola na educação sexual. Os autores expressam que as visitas iniciais à escola foram importantes para a elaboração dos questionários, que incluíram perguntas objetivas e subjetivas, e a aplicação dos questionários foi realizada após a apresentação do estudo aos participantes, buscando obter respostas confiáveis.

Referente aos resultados e discussões, Rodrigues, Silva e Gomes (2019) destacaram que os dados analisados revelaram que as meninas, em sua maioria, iniciaram a vida sexual aos 12 anos, resultando em gravidez precoce. Das 565 alunas matriculadas, 14 abandonaram a escola devido à gravidez, enquanto 10 continuaram na escola. No entanto, a escola não possuía informações claras sobre outras desistências, não sabendo se foram motivadas por gravidez. Apesar da evasão escolar relacionada à gravidez ser frequente, algumas alunas não viam a gravidez precoce como algo negativo. As falas das adolescentes refletiram essa perspectiva, onde algumas consideraram que a gravidez não prejudicou seus estudos e, em alguns casos, até as motivou a se dedicar mais.

Por outro lado, há alunas que perceberam a gravidez como um desafio, interferindo em seu desempenho escolar e no cuidado com o bebê, como exemplificado por uma das estudantes que relatou dificuldades em conciliar os estudos e a maternidade. A gestão da escola acreditou que a gravidez não afeta o desempenho cognitivo, mas reconheceu que as dificuldades sociais e econômicas poderiam influenciar negativamente a trajetória escolar das adolescentes grávidas.

Os professores, por sua vez, apontaram várias implicações negativas da gravidez na adolescência, como o atraso escolar, a limitação de oportunidades futuras, e o impacto na relação conjugal e nas expectativas culturais locais. Um professor relatou que em alguns casos, o conjugue/companheiro impede a aluna de continuar seus estudos, reforçando papéis tradicionais de gênero.

Apesar das visões divergentes, as adolescentes que engravidaram afirmaram que a gravidez não foi planejada ou desejada e que, se pudessem, teriam tomado precauções para evitar a situação. Há relatos de abortos realizados aos 12 anos, muitas vezes sem o conhecimento da família. As autoras ressaltaram que os relatos indicaram que as adolescentes não têm maturidade suficiente para uma vida sexual segura, não apenas para evitar a gravidez, mas também para prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

A próxima produção analisada trata-se do estudo de Ramos *et. al.*, publicado em 2020, intitulado **“A gravidez na adolescência produzindo evasão escolar: um exame bibliográfico”**, tem o objetivo de identificar métodos e resultados de pesquisas que contribuam para a redução da evasão escolar, integrando saúde e educação pública, com foco na diminuição do impacto da gravidez na adolescência como fator de abandono escolar.

Os autores iniciaram fazendo uma discussão sobre “políticas públicas de educação e saúde”, onde destacam a importância das políticas públicas de educação e saúde para enfrentar problemas sociais, especialmente em ambientes que reúnem cidadãos vulneráveis, como escolas e unidades de saúde. Ressaltaram a necessidade de incluir educação sexual nas escolas, apesar das barreiras impostas pelo conservadorismo social. Argumentaram que a falta de instrução adequada sobre sexualidade contribui para a alta taxa de gravidez na adolescência e para a vulnerabilidade dos jovens a doenças sexualmente transmissíveis e abuso sexual. A

presença de profissionais de saúde nas escolas é vista como essencial para promover o bem-estar dos alunos e reduzir a evasão escolar.

Em seguida, discutiram sobre “evasão escolar e o conservadorismo social”, analisando o impacto do conservadorismo social na perpetuação do machismo, destacando como isso gera preconceitos contra as mulheres e limita sua independência. Ramos *et. al.* destacam a desigualdade de gênero como um fator presente tanto em termos de acesso a posições de poder quanto no tratamento social de mulheres que enfrentam situações como a gravidez na adolescência.

Os autores mencionaram que a Constituição de 1988, apesar de garantir igualdade de direitos, ainda não conseguiu eliminar essas disparidades. O estudo também criticou a forma desigual com que a sociedade e as legislações tratam questões como o adultério, o abandono paternal e o aborto, especialmente em relação às mulheres pobres. A crítica é direcionada ao fato de que comportamentos masculinos, como o adultério e o abandono do lar, são frequentemente aceitos com mais leniência social, enquanto as mulheres enfrentam um julgamento severo e desproporcional por ações semelhantes.

Somado à disso, apontaram que a penalização do aborto prejudica desproporcionalmente as mulheres de baixa renda, que têm menos acesso a métodos seguros para interromper a gestação. Além disso, enfatiza a necessidade urgente de educar os jovens para combater o conservadorismo e o machismo, destacando a importância da responsabilidade masculina na promoção da igualdade de gênero.

Nas considerações finais, os autores enfatizam que a evasão escolar causada pela gravidez na adolescência é resultado de problemas sociais acumulados ao longo do tempo. A solução proposta é a união entre educação e saúde para instruir e prevenir, com foco em preparar as futuras gerações para evitar a reprodução desse problema público. O estudo defende que a educação deve ser direcionada tanto para meninos quanto para meninas, promovendo um ambiente colaborativo, onde preconceitos enraizados historicamente não continuem a gerar problemas sociais graves.

O próximo artigo analisado foi o estudo de Kelle Daiane Cardoso Gondin, Gilvano Duarte Gondin e Andréa Bittencourt Pires Chaves, de título **“A gravidez na adolescência e evasão escolar na Amazônia Marajoara: a realidade da comunidade Turé”**, que discute a relação entre gravidez na adolescência e evasão

escolar, com foco na comunidade Turé, na Amazônia Marajoara, localizada no Rio Piriá, município de Curralinho Marajó, no estado do Pará. A pesquisa destaca que as adolescentes grávidas ou mães enfrentam diversos desafios, como falta de apoio familiar e condições de extrema pobreza, que as levam a abandonar a escola. Além disso, a escola local enfrenta dificuldades estruturais e não oferece projetos de educação sexual ou creches, o que agrava a situação.

Os autores iniciam fazendo uma caracterização da área de pesquisa na Amazônia Marajoara, especificamente no arquipélago do Marajó, que abrange 16 municípios com uma população de 482.285 habitantes, dos quais 37,33% vivem em situação de extrema pobreza. O foco da pesquisa é o município de Curralinho, com 27.791 habitantes, sendo 37,80% em situação de extrema pobreza. A pesquisa foi realizada na Comunidade Turé, localizada na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, uma área de preservação ambiental abrangendo os municípios de São Sebastião da Boa Vista e Curralinho.

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, adotando o estudo de caso como procedimento principal. O processo foi dividido em três etapas: a busca por conceitos gerais, a relação desses conceitos com a realidade estudada, e a explicação dos fatos observados durante a pesquisa de campo.

A pesquisa iniciou com uma revisão literária sobre o conceito social da adolescência. Em seguida, foi realizada a pesquisa empírica na comunidade Turé, onde foram investigadas as dificuldades que as adolescentes grávidas e mães enfrentam para continuar os estudos. A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta participativa e entrevistas diretas com seis adolescentes que abandonaram a escola devido à gravidez precoce, além de entrevistas com seus familiares. As entrevistas foram realizadas de maneira informal, no quintal das casas das participantes, e as adolescentes foram identificadas pela inicial de seus nomes, com a autorização de suas famílias.

Os autores caracterizaram a adolescência como uma fase de amadurecimento emocional e transição para a autonomia, marcada por desafios como problemas familiares e pressões sociais. Os conflitos emocionais dos adolescentes estão muitas vezes ligados à influência familiar, dificultando o desenvolvimento de sua independência. Ressaltaram que esta fase é complexa e demanda apoio dos pais, da

escola e do Estado, conforme garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para assegurar o desenvolvimento saudável e pleno dos adolescentes.

O estudo aborda a adolescência na comunidade Turé, na Amazônia Marajoara, destacando que nessa região a fase de adolecer é quase imperceptível devido à necessidade de dividir o tempo entre estudos e trabalho. Isso se dá em virtude de “precisarem” auxiliar no sustento familiar. Os autores mencionam que as crianças são inseridas precocemente no mundo do trabalho e iniciam a vida sexual sem orientação adequada, devido *tabus* e falta de informação. Aqui vale ressaltar que essa inserção precoce no mundo do trabalho caracteriza-se como trabalho infantil, que é ilegal no Brasil (salvo as exceções), conforme artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal vigente, mas não é crime (ainda).

A pesquisa destacou que na comunidade Turé, na Amazônia Marajoara, a ausência do Estado na saúde e no planejamento familiar é evidente. A pobreza levou as famílias a casarem suas filhas jovens com homens mais velhos para aliviar o peso financeiro, refletindo a dura realidade da região. A falta de educação e orientação sobre sexualidade e saúde reprodutiva agravou a situação, dificultando a prevenção de gravidez precoce e a promoção de um futuro melhor para os adolescentes.

Além disso, evidenciaram que a escola local enfrentava sérios desafios como a falta de transporte adequado, merenda de qualidade e infraestrutura deficiente, impactando negativamente o aprendizado dos alunos. Apesar dessas adversidades, a escola, ainda, era um lugar apreciado pelos jovens, onde trocavam experiências e sociabilidade. O esforço dos educadores em manter a escola funcionando, mesmo com recursos limitados, demonstrou a importância desse espaço na vida das crianças da comunidade.

A precariedade da infraestrutura escolar, comum em várias regiões da Amazônia, é um obstáculo ao desenvolvimento educacional, mas a dedicação dos profissionais envolvidos busca garantir, ao menos, um mínimo de dignidade e esperança para esses jovens (Gondin, Gondin e Chaves, 2020).

A questão da adolescência, especialmente no caso das meninas, ganhou uma dimensão crítica na Amazônia Marajoara devido à gravidez precoce. De acordo com Gondin, Gondin e Chaves (2020), fatores culturais e econômicos tornaram a vida dessas jovens ainda mais desafiadora, afetando negativamente seu desenvolvimento escolar. Muitas adolescentes desistem dos estudos, sentem-se incapazes de conciliar

a escola com as responsabilidades domésticas e familiares, como cuidar dos filhos e do marido. Isso dificulta que alcancem sua independência econômica.

A pesquisa de campo na comunidade Turé revelou uma alta incidência de gravidez precoce, resultado da falta de diálogo sobre sexualidade tanto nas famílias quanto na escola. Esse assunto, ainda considerado *tabu*, é crucial para a prevenção, mas é frequentemente evitado. Durante as entrevistas, as adolescentes expressaram dificuldades em conversar sobre sexualidade, tanto em casa quanto na escola, devido à vergonha e à falta de preparo das famílias para lidar com essas questões.

A escola da comunidade Turé, assim como muitas outras na região, não ofereceu estratégias educacionais adequadas para abordar temas como métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. A ausência de educação sexual estruturada contribuiu para a falta de conscientização e prevenção.

As entrevistas com as adolescentes revelaram que a gravidez na adolescência é uma das principais causas de abandono escolar na comunidade. As jovens relataram que a falta de apoio familiar, a vergonha e as novas responsabilidades associadas à maternidade as levaram a desistir dos estudos. Em muitos casos, a decisão de abandonar a escola é influenciada por fatores externos, como a reprovação dos pais ou maridos, que veem a educação como algo secundário após a gravidez.

A baixa escolaridade contribuiu para perpetuar as estatísticas de pobreza, analfabetismo e exclusão social na região. Essas jovens mães, sem o apoio necessário, viam suas vidas transformadas, obrigadas a amadurecer precocemente e sem perspectivas de um futuro melhor. Muitas acabaram presas em um ciclo de pobreza e exclusão, sem acesso a políticas públicas que poderiam oferecer suporte e esperança de uma vida fora da miséria local (Gondin, Gondin e Chaves, 2020).

A pesquisa destacou que as adolescentes da comunidade Turé expressaram o desejo de retomar seus estudos, reconhecendo a importância da educação para melhorar suas vidas e as de seus filhos. Elas sugeriram que mudanças no sistema educacional, como a oferta de aulas noturnas ou maior flexibilidade na frequência escolar, poderiam facilitar a continuidade dos estudos, apesar das dificuldades enfrentadas.

Nas considerações finais, os autores pontuaram que a pesquisa revelou que as adolescentes grávidas e/ou mães da comunidade Turé enfrentaram diversos desafios,

principalmente pela falta de apoio emocional e financeiro, exacerbada pela ausência do reconhecimento paterno em metade dos casos. A dificuldade das famílias em lidar com a sexualidade dos adolescentes contribuiu para a falta de diálogo e apoio, agravando a evasão escolar dessas jovens.

Além disso, houve uma evidente carência de estratégias e ações públicas municipais e estaduais para a difusão de informações sobre sexualidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Essa ausência de políticas públicas, tanto em saúde quanto em educação, perpetuou a pobreza na região.

No âmbito familiar, o diálogo sobre sexualidade era praticamente inexistente, e as famílias não demonstraram interesse significativo em apoiar a continuidade dos estudos das adolescentes grávidas ou mães. Os autores pontuaram ainda que a escola local também não está preparada para lidar com essas questões, resultando em um alto índice de desistência escolar entre as adolescentes.

O próximo artigo analisado, trata-se do seguinte título **“Gravidez na adolescência e as experiências da vida escolar”**, que possui autoria de Miura *et. al.*, publicado em 2023. O estudo em questão buscou compreender as experiências de vida escolar de adolescentes grávidas, com foco nos motivos que as levariam a interromper ou continuar os estudos. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, envolveu 14 adolescentes grávidas que possuíam entre 10 e 19 anos, na cidade de Maceió/AL, todas realizando pré-natal na rede pública de saúde. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com foco em temas como a experiência na gravidez e a trajetória escolar. As entrevistas foram transcritas e analisadas, resultando em duas categorias principais: adolescentes grávidas que pararam de estudar e as que continuaram. As que pararam foram subdivididas conforme o momento e os motivos que as levaram a interromper os estudos.

A pesquisa de Miura *et. al.* revelou que a média de idade das 14 adolescentes grávidas participantes é de 16 anos. Quanto à escolaridade, seis delas tinham o Ensino Médio incompleto, três o Ensino Médio completo, três o Ensino Fundamental incompleto e duas o Ensino Fundamental completo. Das entrevistadas, 10 haviam parado de estudar e apenas quatro estavam matriculadas no momento da pesquisa. Sobre repetência, oito haviam repetido algum ano escolar, enquanto seis nunca

repetiram. Em relação à defasagem idade-série, 11 apresentavam discrepância entre a idade e a série cursada, enquanto três estavam na série correspondente à sua idade.

No que se refere à categoria “adolescentes grávidas que pararam de estudar”, 14 adolescentes grávidas, 10 interromperam os estudos por diferentes razões: cinco, devido à gravidez, três, antes da gestação e duas, após concluírem o Ensino Médio. As entrevistas mostraram que oito delas foram receptivas, enquanto quatro tiveram mais dificuldade em se expressar.

Cinco adolescentes interromperam os estudos após descobrir a gravidez: Lívia, Valentina, Raquel, Samanta e Vitória³. Lívia, de 16 anos, parou de estudar no 7º ano por vergonha da gestação, mas ainda deseja voltar à escola. Valentina, também de 16 anos, abandonou os estudos no oitavo mês de gravidez sem compreender o motivo, apesar de ter concluído o Ensino Fundamental. Raquel, de 17 anos, deixou os estudos no 1º ano do Ensino Médio por estar próxima do parto, mencionando a influência negativa de colegas como um fator para seu baixo desempenho. Samanta, de 18 anos, parou no 2º ano do Ensino Médio devido às dificuldades físicas da gestação, relatando problemas de adaptação após mudar de escola. Vitória, também de 18 anos, expressou desinteresse pelos estudos desde a infância, mas terminou o Ensino Médio. Iniciou um curso técnico, mas precisou interrompê-lo por conta da gravidez. Ela demonstrou frustração ao perceber que suas amigas vivem uma realidade diferente, conciliando faculdade e trabalho.

Três adolescentes interromperam os estudos antes de engravidar: Bruna, Milena e Neusa. Bruna abandonou os estudos após concluir o Ensino Fundamental devido à falta de interesse, embora inicialmente gostasse da escola. Ela começou a estudar aos quatro ou cinco anos, mas enfrentou dificuldades pessoais ao morar com a irmã, relatando maus-tratos. Bruna disse não ter repetido nenhum ano escolar, mas perdeu o entusiasmo pelos estudos e parou antes de engravidar. Milena deixou a escola no 7º ano por dificuldades com o transporte, pois dependia do marido para levá-la, e também por se sentir solitária na escola. Ela repetiu o 6º ano devido à falta de frequência. Neusa, que gostava da escola, começou a faltar aulas e desinteressou-se após iniciar um relacionamento amoroso que a mãe não permitia. Ela acabou repetindo o 8º ano por faltar a escola para estar com o namorado.

³ Os autores pontuaram que são nomes fictícios, atendendo aos preceitos éticos de pesquisa com seres humanos.

Aline e Ana, ambas com 18 e 19 anos, respectivamente, concluíram o Ensino Médio, mas não seguiram estudando. Aline relatou que não tinha muitos amigos na escola e, por isso, achava o ambiente pouco atrativo, o que a levou a desistir algumas vezes e optar por concluir o Ensino Médio através da modalidade de ensino supletivo. Já Ana sempre gostou de estudar, repetindo apenas o 1º ano por motivos familiares. Seus planos de ingressar na faculdade foram adiados devido à gravidez.

Na categoria “Adolescentes grávidas que continuaram estudando”, os autores mencionam que das 14 adolescentes grávidas, quatro continuaram estudando durante a gestação: Amélia (15), Diana (16), Cátia (18) e Jamyle (18). Amélia percebe mudanças em sua rotina escolar devido à gravidez, como sentir mais cansaço e preferir ficar mais quieta. Apesar disso, ela afirma que gosta de ir à escola, pois considerou melhor ir à escola em detrimento de ficar em casa sem fazer nada. Amélia mantém boas relações com seus colegas e gosta das aulas, afirmando que sua convivência social na escola não foi muito afetada pela gravidez.

Diana, que sempre gostou de estudar e nunca repetiu o ano, estava preocupada com o tempo que precisará se afastar após o nascimento do bebê. Ela encontrou dificuldades em acompanhar os conteúdos, especialmente após precisar faltar para consultas e exames. Cátia também continuou frequentando a escola e se sentia bem cuidada pelos amigos e funcionários. Ela relatou que os diretores e colegas eram atenciosos, sempre verificando como ela estava e oferecendo apoio quando necessário, como levar ao hospital em caso de dor. Jamyle, que morava em um sítio, precisou deixar a escola na infância devido à distância e às responsabilidades domésticas. Somente aos 15 anos conseguiu retomar os estudos com o apoio do esposo. Na escola, ela encontrou outras adolescentes grávidas, com quem conseguiu formar amizades e conversar sobre temas de interesse em comum.

Posteriormente, os autores destacaram que a escola, como uma instituição presente desde a infância, deveria oferecer suporte emocional e social às adolescentes. No entanto, algumas jovens grávidas que abandonaram os estudos antes da gravidez revelaram a falta de apoio e de identificação com colegas, profissionais e o ambiente escolar. A ausência de integração entre família e escola e a falta de políticas públicas que atendam às necessidades dessas jovens contribuíram para o abandono escolar. Além disso, as adolescentes que deixaram de estudar devido à gravidez enfrentaram dificuldades como falta de adaptação na escola,

reforçando a importância de acolhimento e suporte tanto dos profissionais quanto das políticas educacionais (Miura *et. al.*, 2023).

Os autores pontuaram que nos casos de Samanta, Raquel, Valentina e Vitória fatores como a falta de suporte físico, emocional e jurídico contribuíram para o abandono escolar. A ausência de adaptações na infraestrutura e o desconhecimento de direitos, como o afastamento temporário previsto em lei, agravaram essa situação. Destacaram ainda que, por outro lado, as adolescentes que permaneceram na escola encontraram apoio em amigos, profissionais e em um ambiente acolhedor, o que foi decisivo para sua permanência. A pesquisa apontou que o ambiente escolar precisa integrar o aprendizado com acolhimento e suporte emocional para ser mais inclusivo, especialmente para adolescentes em situação de vulnerabilidade, como a gravidez.

O artigo intitulado **“Evasão escolar ou expulsão: por que as alunas-mães abandonam a escola?”**, publicado no ano de 2023, com autoria de Célia Ratusniak e Carla Clauber da Silva, aborda a questão da educação pública e gratuita, garantida pela Constituição Federal de 1988 e ampliada pela Emenda Constitucional n. 59 de 2009, que estabelece a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos. Embora o direito seja assegurado legalmente, o estudo questiona sua efetiva garantia ao focar nas alunas que não estão se beneficiando dele.

O objetivo do artigo é analisar os impactos da judicialização da evasão escolar na vida dessas alunas, considerando os marcadores sociais de raça e gênero. A pesquisa utilizou a análise de documentos e a perspectiva interseccional para entender como essas condições influenciam suas trajetórias escolares. As análises revelam que muitas alunas-mães enfrentavam um histórico de fracasso escolar antes da gravidez, marcado por reprovações, desistências e baixo desempenho. Essa trajetória sugere que a evasão não é um evento isolado, mas o resultado de um processo gradual de exclusão escolar, onde essas alunas, mesmos presentes, já não aprendiam (Ratusniak e Silva, 2023).

A pesquisa reforçou que as relações de poder dentro do sistema educacional determinam quem pode ou não permanecer na escola, evidenciando como fatores sociais, como raça e gênero, contribuem para essa exclusão velada, que culmina na evasão. Nesse contexto, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, define a desigualdade de gênero e raça como a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os

demais segmentos sociais. Esse conceito evidencia como as mulheres negras são duplamente marginalizadas, enfrentando discriminações interseccionais que impactam diretamente suas trajetórias escolares.

O estudo analisou o “Projeto Combate à Evasão Escolar” em uma comarca do sul do Brasil, focando no “Questionário Evasão Escolar”, utilizado em audiências extrajudiciais. A pesquisa envolveu a análise de 138 alunas convocadas, cujos dados foram extraídos do questionário, documentos escolares e do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE). O questionário levantou informações sobre o perfil das famílias, motivos de evasão escolar e condições socioeconômicas, como gravidez, união estável, uso de drogas, entre outros fatores.

A análise das autoras destacou a interseccionalidade como uma ferramenta metodológica central, evidenciando como marcadores sociais, como gênero e raça, afetam negativamente a trajetória escolar das alunas. O estudo, apoiado no feminismo negro, revelou que alunas-mães, especialmente negras, sofrem duplas negações do direito à educação, tanto pela falta de suporte da escola quanto pela naturalização de seu papel doméstico.

Ratusniak e Silva (2023) abordaram a judicialização da educação como um mecanismo que em vez de garantir inclusão atua de forma punitiva, forçando o retorno de alunas-mães à escola sem abordar as causas reais da evasão. Essas práticas reforçaram a exclusão ao tratar a evasão como falha individual, ignorando o contexto de desigualdade. A pesquisa argumentou que a evasão é um processo de expulsão velada, onde micropunições, discriminação e racismo estrutural enfraquecem o pertencimento dessas alunas ao ambiente escolar, resultando em uma inclusão forçada e excludente.

As autoras discutem como as alunas-mães que abandonaram a escola devido a casamento, gravidez ou maternidade foram afetadas por biopolíticas que priorizam a proteção à maternidade, em vez do direito à educação. O estudo mostrou que esses processos acabam deslocando a aluna-mãe do ambiente escolar, reforçando o papel tradicional de cuidadora. Esse deslocamento foi reforçado pela suspensão dos processos por abandono intelectual, enquanto se busca criar condições para o retorno à escola. Abordaram ainda como o cuidado com a família se tornou um impedimento para a continuidade dos estudos, vinculado à normatização da família heterossexual e à idealização da maternidade (Ratusniak e Silva, 2023).

Esse modelo, historicamente produzido por biopolíticas, naturaliza o cuidado materno e estabelece um controle sobre o corpo da mulher, regulando quando e como a maternidade deve ocorrer. Assim, as práticas de controle, muitas vezes articuladas por discursos médicos e sociais, acabam reproduzindo desigualdades de classe e raça, intensificando o monitoramento e a intervenção nos corpos das mulheres marginalizadas (Ratsuniak e Silva, 2023).

O artigo destacou que muitas alunas já estavam marginalizadas da escola antes de engravidar ou casar, vendo na maternidade um projeto de vida realizável. A análise integrada mostrou como o racismo e o machismo agravam essa exclusão. O racismo científico, por exemplo, disseminou a ideia de inferioridade intelectual das pessoas negras, perpetuando desigualdades. Mesmo com avanços como as políticas de cotas e leis antirracistas, a permanência da população negra na escola ainda é difícil. Dados analisados pelas autoras revelaram que o abandono escolar é maior entre negros, e a discriminação racial é um fator crucial na exclusão escolar. Em regiões como o Paraná, o número de alunas negras fora da escola é proporcionalmente maior, revelando o impacto do racismo institucional.

A análise da relação entre o cuidado familiar e a interseção com raça e fracasso escolar revelou as populações mais afetadas pela exclusão escolar. Casamento ou união estável geraram 33% das evasões, com 56% das alunas brancas e 44% negras. Das alunas negras nessa situação, 92% tinham histórico de reprovações e desistências em comparação com 86% das alunas brancas. A gravidez foi motivo de evasão para 23% das alunas, todas com histórico de reprovação ou desistência, sendo 60% negras e 40% brancas. Alunas com filhos pequenos representam 40% das evasões, com 80% delas sendo negras. As autoras mencionaram que esses dados evidenciaram o racismo institucional, que agiu expulsando alunas com histórico de dificuldades de aprendizagem, levando-as a acreditar que a escolarização não é uma opção viável.

Ratsuniak e Silva (2023) ressaltaram que os índices revelaram como as micropunições conduziram essas alunas à vida doméstica, naturalizando a evasão escolar como consequência da maternidade ou casamento, enquanto se ignora o papel das exclusões e encaminhamentos institucionais. A falta de ações afirmativas e de uma rede de apoio reforçou a percepção de que o problema está no desinteresse

individual em estudar, consolidando a priorização da maternidade em detrimento da educação. Quando na verdade, é um problema público.

Essa naturalização condenou essas jovens ao trabalho informal e à falta de reconhecimento social, limitando suas chances de mobilidade social via educação. Nesse contexto, a judicialização da evasão escolar poderia promover uma educação antirracista, com políticas que assegurem a permanência dessas alunas na escola e o direito à educação (Ratsuniak e Silva, 2023).

Nas considerações finais, as autoras pontuam que a evasão escolar resulta de um processo de exclusão, evidenciado por reprovações, desistências e discriminação racial. A gravidez e o casamento são moralizados, levando à sensação de não-lugar e ao abandono escolar. O deslocamento das biopolíticas do direito à educação para a proteção da maternidade reforça o papel da mãe, que só retorna à escola se o cuidado estiver garantido. A judicialização da evasão não garante a permanência da aluna-mãe e naturaliza que o cuidado familiar é responsabilidade exclusiva das mulheres, reforçando a ideia de que a escolarização é secundária. Assim, a maternidade é promovida como a principal identidade da mulher, enquanto a educação fica em segundo plano (Ratsuniak e Silva, 2023).

O último artigo analisado trata-se do **“O hoje afetando o amanhã’: pesquisando gravidez na adolescência no cotidiano escolar”**, de autoria de Miranda *et. al.*, publicado no ano de 2024, explora a construção e execução de uma pesquisa sobre gravidez na adolescência com jovens do ensino médio em uma escola pública de Fortaleza-CE. O estudo se dá sob uma pesquisa qualitativa sobre gravidez na adolescência, utilizando Pesquisa-Intervenção (PI) e Pesquisa Ação Participativa Crítica (CPAR), a pesquisa faz parte da pesquisa “Educação, modos de subjetivação e formação de jovens pesquisadores da micropolítica do cotidiano escolar”, conduzida por alunos de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O artigo foca na gravidez na adolescência no contexto escolar, investigando como práticas discursivas sobre maternidade e paternidade são produzidas. O objetivo é desconstruir interpretações sexistas e a naturalização moralista das injustiças sociais enfrentadas por adolescentes gestantes/mães. A pesquisa também destaca a fragilidade das escolas e políticas públicas na abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos de forma contextualizada e crítica.

A Pesquisa-Intervenção foi usada para integrar pesquisa e intervenção, permitindo uma construção conjunta do conhecimento com a comunidade escolar, enquanto a Pesquisa Ação Participativa Crítica ampliou a participação dos estudantes como co-pesquisadores. A escola pública participante, com cerca de 2 mil alunos e 200 professores, acolheu a proposta do curso, que envolveu 36 alunos do 2º ano do ensino médio em grupos de pesquisa sobre temas como gravidez na adolescência.

Os métodos incluíram diários de campo, um questionário *online* e restituições com a comunidade escolar. Duas restituições foram realizadas com a comunidade escolar: uma com os professores do Projeto Diretor de Turma (PDT) e outra com representantes de turmas. Os autores mencionaram que essas restituições foram cruciais para informar a comunidade escolar sobre o andamento e os dados da pesquisa, permitindo a coleta coletiva dos resultados. Elas promoveram uma interação ética entre pesquisadores e participantes, ampliando a compreensão sobre a quem se destinam os resultados da pesquisa.

A análise dos dados, feita com o *Software* Atlas Ti, utilizou a Análise de Conteúdo para identificar temas e padrões emergentes. A pesquisa buscou descolonizar o conhecimento, promovendo a participação ativa dos estudantes e a reflexão crítica sobre a gravidez na adolescência.

Os autores destacam que durante o processo de pesquisa foi possível observar e participar da construção da pesquisa junto às pesquisadoras-secundaristas. A abordagem adotada promoveu uma horizontalidade nas relações de saberes, rompendo com as hierarquias acadêmicas tradicionais. Essa troca de conhecimentos se evidenciou na análise dos dados obtidos através do questionário *online* (Miranda *et. al.*, 2023).

O questionário *online* obteve 59 respostas, predominantemente do gênero feminino (76,3%), com a maioria dos participantes entre 14 e 17 anos, em que maioria conhece alguma menina que engravidou na adolescência. A pesquisa revelou um significativo interesse do gênero feminino na temática da gravidez na adolescência, com respostas indicando uma crença de que essas jovens têm mais dificuldades para concluir os estudos e acessar o mercado de trabalho. A gravidez foi amplamente vista como um fator que atrapalha a vida das jovens, afetando suas condições financeiras e oportunidades educacionais. A pesquisa também evidenciou que a maioria dos

participantes acredita que a escola deve oferecer apoio às jovens grávidas, sugerindo medidas como educação sexual, suporte emocional, e flexibilidade nas aulas.

Os autores pontuaram que os programas de prevenção promovidos pelo Ministério da Saúde não abordam adequadamente as necessidades de apoio para a permanência escolar de adolescentes grávidas. Dados da pesquisa indicaram que 91,5% dos participantes veem a mãe como a mais afetada pela gravidez na adolescência, reforçando a visão de que a responsabilidade é majoritariamente feminina. A pesquisa também revelou que 100% dos respondentes consideraram importante a discussão de educação sexual na escola para orientar, quebrar *tabus* e esclarecer dúvidas. Há um consenso de que a educação sexual poderia reduzir a gravidez precoce, embora haja resistência por parte de algumas famílias e grupos conservadores.

Miranda *et. al.* (2023) frisam que após a análise dos dados, a equipe de pesquisa da escola e da universidade realizou dois encontros para compartilhar e discutir os resultados com a comunidade escolar. No primeiro encontro, com os diretores de turma, foram apresentadas as informações selecionadas pelas pesquisadoras, enquanto no segundo, com os estudantes, a apresentação foi feita por meio de uma encenação. As discussões resultantes destacaram a necessidade de ampliar a abordagem da educação sexual nas escolas, para além do aspecto biológico, incorporando questões de gênero e sexualidade.

A fala de uma professora de Biologia reforçou a importância de incluir essas discussões de forma mais ampla, para evitar práticas moralizantes e promover um entendimento mais completo das vivências dos jovens. A pesquisa também evidenciou a necessidade de envolver toda a comunidade escolar no apoio a adolescentes grávidas e na manutenção de seu vínculo escolar. A análise dos dados e as discussões geradas foram vistas como um passo para melhorar a forma como a escola aborda a sexualidade e a gravidez na adolescência, destacando a importância do suporte contínuo aos estudantes.

Diante da análise dos estudos revisados, notou-se que, embora realizados em diferentes contextos, todos os estudos apontam que a gravidez na adolescência atua como um potencializador para a evasão escolar, especialmente, quando combinada com fatores como vulnerabilidade socioeconômica e falta de apoio familiar e institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder as questões norteadoras apresentadas inicialmente, ao investigar a relação intrínseca entre gravidez na adolescência e evasão escolar, analisando produções científicas pertinentes. A pesquisa se concentrou na revisão de artigos científicos que discutem como a gestação precoce influencia a evasão escolar, considerando aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, institucionais, entre outros.

Ao longo da pesquisa ficou evidente que a gravidez na adolescência não é apenas um problema de ordem individual, mas uma expressão da questão social que demanda atenção integral e intersetorial. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento e inclusão, muitas vezes se torna um local de exclusão para essas jovens, intensificando as barreiras que enfrentam para continuar os estudos. A falta de apoio institucional, associada à responsabilização exclusiva das meninas pelo exercício da maternidade, contribui para a perpetuação de uma lógica excludente, que reforça desigualdades de gênero e reproduz o ciclo de pobreza e marginalização.

Outro ponto de destaque foi a análise crítica da ausência de uma educação sexual integral e abrangente nas escolas. Constatou-se que, embora haja políticas públicas voltadas para a prevenção da gravidez precoce, essas iniciativas são insuficientes, limitando-se muitas vezes a uma abordagem biomédica e preventiva que não considera as complexidades das relações de gênero e da sexualidade dos jovens. A falta de espaços para um diálogo aberto e não moralizante sobre sexualidade, aliado ao conservadorismo presente em parte da comunidade escolar, impede a efetivação de práticas educativas mais inclusivas e transformadoras.

Os resultados também evidenciaram que a percepção social da gravidez na adolescência continua pautada em estigmas que recaem, quase exclusivamente, sobre as adolescentes. A responsabilização unilateral pela gravidez, frequentemente atribuída às meninas, revela como as questões de gênero ainda influenciam de maneira profunda as dinâmicas escolares e familiares. Esse cenário é agravado pela ausência de políticas públicas que considerem a maternidade e a paternidade de forma equitativa, reconhecendo que o cuidado com a criança deve ser uma responsabilidade compartilhada.

Diante desses achados, reafirma-se a necessidade urgente de repensar as práticas educacionais e as políticas públicas voltadas para a juventude. A escola deve

ser um espaço de acolhimento e suporte, onde adolescentes grávidas possam encontrar apoio para continuar seus estudos sem serem estigmatizadas. Para isso, é fundamental que as discussões sobre sexualidade, gênero e direitos reprodutivos sejam inseridas de maneira transversal no currículo escolar, criando ambientes seguros para o debate e a troca de experiências. Além disso, é imprescindível que as famílias sejam sensibilizadas para a importância de apoiar essas jovens, contribuindo para que elas não sejam forçadas a abandonar seus sonhos e projetos de vida.

A revisão sistemática foi de extrema importância para a pesquisa, pois proporcionou uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a evasão escolar associada à gravidez na adolescência, destacando a relação existente entre esses fenômenos. Esse conhecimento adquirido pode contribuir no desenvolvimento de intervenções mais eficazes. Além disso, a análise crítica e apropriação dos temas discutidos na revisão podem enriquecer a formação profissional ao preparar o assistente social para enfrentar as complexidades desse fenômeno, aqui compreendido como um problema público.

As perspectivas futuras devem focar na implementação de políticas públicas mais equitativas e na promoção de ambientes educacionais seguros e inclusivos, além da sensibilização familiar para prestar o apoio necessário e possível à essas jovens em seus projetos de vida futuros.

Conclui-se, portanto, que a gravidez na adolescência é um fenômeno multifacetado, que exige respostas igualmente complexas e integradas. Assim, faz-se necessário avançar na construção de uma rede de apoio que envolva a escola, a família e o Poder Público, de modo a garantir que essas jovens tenham condições de continuar seus estudos e construir um futuro digno.

É preciso avançar nas abordagens críticas que articulam as áreas da educação, saúde e dos direitos humanos. Assim, será possível romper com os ciclos de exclusão que marcam a vida dessas adolescentes e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Révia Dutra, *et al.* Dificuldades enfrentadas por adolescentes no período gestacional. **Temas em saúde**. V. 16 n.2, p. 535-566. 2016. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/08/16230.pdf>. Acesso em: 20/03/2024.

Apesar de redução, Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência, apontam especialistas. UNFPA, 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia#:~:text=News-.Apesar%20de%20redu%C3%A7%C3%A3o%2C%20Brasil%20ainda%20apresenta%20dados%20elevados%20de%20gravidez,maternidade%20na%20adolesc%C3%Ancia%2C%20apontam%20especialistas&text=Cerca%20de%20380%20mil%20partos,15%2C5%25%20em%202018>. Acesso em: 03/10/2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANCO, Emerson Pereira, *et al.* Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**. V. 15 n.34. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/34781>. Acesso em: 11/09/2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/10/2023

BRASIL. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 22/08/2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935, 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário oficial da união: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 03/10/2023

BRASIL. **Lei n.º 6.202, 17 de abril de 1975**. Atribui à Estudante em Estado de Gestação o Regime de Exercícios Domiciliares Instituídos pelo Decreto/Lei 1.044, de 21/10/1969. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 20/03/2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília,

DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03/10/2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03/10/2023.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública.** V. 36 n.8. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>. Acesso em: 05/03/2024.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FREITAS, Maria Victória Pasquoto de. Gravidez na adolescência: quem são os verdadeiros culpados?. **Revista sobre a infância y la adolescência.** Santa Cruz do Sul. v. 19, p.62-78, 2020. Disponível em: <https://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/153876/da?sequence=1>. Acesso em: 20/03/2024.

Estudo expõe desigualdades que marcam quadro de mães adolescentes no país. FIOCRUZ, 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-expoe-desigualdades-que-marcam-quadro-de-maes-adolescentes-no-pais>. Acesso em: 03/10/2023

FERREIRA, Rosiane Araújo, *et al.* Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Caderno de Saúde Pública.** V. 28 n.2, p. 313-323. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JMzgvykHLG7yPfQSS96MmBjx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/02/2024

FIGUEIREDO, Bárbara. Maternidade na adolescência: Consequências e trajetórias desenvolvimentais. **Análise Psicológica.** Universidade do Minho. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. 2000. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5834/1/2000_4_485.pdf. Acesso em: 03/10/2023.

FONSECA, Ana Lucia Barreto da; ARAÚJO, Neuraci Gonçalves de. Maternidade Precoce: uma das consequências do abandono escolar e do desemprego. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano.** São Paulo. V.14 n.2, p. 16-22. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhqd/article/view/40001/42866>. Acesso em: 29/03/2024

FRIGOTTO, Gaudêncio. *et al.* Produção de conhecimentos sobre ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. In: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DIMENSÕES EPISTEMOLÓGICAS E POLÍTICO-PEDAGÓGICAS. COLÓQUIO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: ESPJV, 2014.

Gravidez na adolescência. FUNDAÇÃO ABRINQ, 2022. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/taxonomy/term/gravidez-na->

[adolescencia#:~:text=A%20gravidez%20na%20adolesc%C3%Aancia%20pode,da%20sa%C3%BAde%20materna%20e%20infantil. Acesso em: 03/10/2023.](#)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. ed. Atlas S. A, 2 edição. São Paulo. 1989.

GODINHO, Roseli Aparecida, *et al.* Adolescentes e grávidas: Onde buscam apoio? **Rev. Latino-am. Enfermagem**. Ribeirão Preto. V.8 – n.2, p. 25-32. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692000000200005>. Acesso em: 12/02/2024.

GONDIN, Kelle Daiane Cardoso, *et. al.* Gravidez na adolescência e evasão escolar na Amazônia Marajoara: a realidade da comunidade Turé. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba. V.6 n. 8, p. 60883-60903. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15433/12705>. Acesso em: 23/04/2024.

Governo do Estado de Sergipe. **Programa Acolher: Governo de Sergipe abre processo seletivo para psicólogos e assistentes sociais**. 2023. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/governo/programa_acolher_garantira_avancos_na_asistencia_psicossocial_nas_escolas_publicas_de_sergipe. Acesso em: 08/04/2024.

HOGA, Luiza Akiko Komura; BORGES, Ana Luiza Vilella; REBERTE, Luciana Magnoni. Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. **RevEnferm**. V.14 n.1, p. 151-157, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/VKjnh9N4FytmVsLyRxCRQy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/04/2024.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Florianópolis. V. 5, n. 17, p. 48-54, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/205/155>. Acesso em: 22/03/2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes, 28 edição. Petrópolis – RJ. p.7-108. 2010.

MIRANDA, Luciana Lobo, *et. al.* “O hoje afetando o amanhã”: pesquisando gravidez na adolescência no cotidiano escolar. **Psicologia USP**. V. 35. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220115>. Acesso em: 02/05/2024.

MIURA, Paula Orchiucci, *et al.* Gravidez na adolescência e as experiências da vida escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**. V. 27. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/qMgpxSVHNVqWyfrJCfRpchv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/04/2024.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo. v.42 n.2, p. 312-320, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/gcHQXmkrqncP553QRjtqKKn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/04/2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

NUNES, Silvia Alexim. Esperando o futuro: a maternidade na adolescência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. V. 22, n.1, p. 53-75. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000100004>. Acesso em: 12/02/2024.

PADILHA, Maria Angélica Silveira, *et. al.* Jovens mães e abandono escolar: uma revisão sistematizada. **Revista de enfermagem UFPE on-line**. V.5 n.6, p. 1534-1540. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6825/6073>. Acesso em: 23/04/2024.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia; FRANCIOLI, Fátima Aparecida de Souza. Materialismo Histórico Dialético: contribuições para a Teoria Histórico Cultural e a Pedagogia Histórico Crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Londrina. V. 3, n. 2, p. 93-101. Dez. 2011.

PICANÇO, Marilucia Rocha de Almeida. Gravidez na Adolescência. **Residência Pediátrica**. V. 5 n.3 s1. Set/dez. 2015. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatria.com.br/pdf/v5n3s1a09.pdf>. Acesso em: 22/03/2024.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997, pp. 43-51. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000916833>. Acesso em: 12/03/2024.

RAMOS, Lázaro Saluci, *et. al.* A gravidez na adolescência produzindo evasão escolar: um exame bibliográfico. **Revista Eletronica Acervo Saúde**. n. 52. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3621/2247>. Acesso em: 15/04/2024.

RATUSNIAK, Célia; SILVA, Carla Clauber da. Evasão escolar ou expulsão: por que algumas-mães abandonam a escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**. V. 27. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-243705>. Acesso em: 30/04/2024.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na adolescência e evasão escolar**. Orientador: Silvia Marina Anaruma. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120798/rocha_ca_tcc_rcla.pdf. Acesso em: 11/09/2023.

RODRIGUES, Livia Santos; SILVA, Maria Vanuzia Oliveira da; GOMES, Maria Amábia Viana. Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís. V. 12 n. 2. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11489/6528>. Acesso em: 22/03/2024.

SÁ, Dayanne Ribeiro, *et. al.* Incidência de gravidez na adolescência no período pandêmico nas Unidades Básicas de Saúde em um município na região sul do Estado do Tocantins. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Universidade de Gurupi, Gurupi/TO. V. 15 n. 2, p. 01-09, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e9351.2022>. Acesso em: 25/03/2024.

SCHIRO, Eva Diniz Bensaja; KOLLER, Silvia Helena. Ser adolescente e ser pai/mãe: Gravidez adolescente em uma amostra brasileira. **Estudos de Psicologia**. V. 18 n. 3, p. 447-455. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/9vcFYdqZpVXvb5LKdKBWRQq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30/03/2024.

SILVA, Denise Regina Quaresma. **Mães-menininhas: a gravidez na adolescência escutada pela psicanálise e educação**. Orientador: Maria NestrovskyFolberg. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14833/000669541.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/02/2024.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**. Porto Alegre. v.8, n.1, p. 35-48. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 12/10/2023.

SOUSA, Carolina Rodrigues de Oliveira, *et. al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. V. 26 n.2, p. 160-169. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/kn8yrCMhL3XhfGk3HvCxLgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/04/2024.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, educação e saúde**. V. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/05/2024.

TABORDA, Joseane Adriana. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Caderno de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.22 n.1, p- 16-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/drQRqXtKxwbYyV8gzFTwcQH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08/05/2024

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. ed. Atlas S.A. São Paulo. p.13-175. 1987.

